DECRETOS

DA

PREFEITURA

LIVRO III

2015

DECRETO N.° 1081/2015.

Dispõe sobre a reestruturação da criação e regulamentação do "Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra-IPMH" e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria MPS/GM nº. 519, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS n.° 170, de 25 de abril de 2012.

CONSIDERANDO o processo administrativo protocolado sob. n.º 2239/2015.

DECRETO:

Art.1º Fica reestruturado o Comitê de Investimentos, no âmbito do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra-IPMH, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução Política de Investimentos.

Art. 2° O Comitê de Investimentos será composto por 4 (quatro) membros, ocupantes de cargos efetivos ou de livre nomeação e exoneração, com vínculo ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Estância Turística de Holambra, em conformidade com o Art. 3-A, parágrafo primeiro, da Portaria MPS n.º 170, de 25/04/2012, a saber:

I. HAMILTON ANDRIGHETTI Superintendente Chefe do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Estância Turística de Holambra, nomeado pelo Decreto n.º 951/2014;
II. MÁRCIA FERRAZ VIANA servidora do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Estância Turística de Holambra;
III. ELIANE UTRABO CAMACHO servidora do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Estância Turística de Holambra;
IV. LUIZ CARLOS DE CAMPOS Representante do Poder Legislativo.

Continuação do Decreto n.º 1081/2015.

Art. 3° O Comitê de Investimentos de que trata este Decreto terá mandato coincidente com o mandato eletivo do Chefe do Executivo Municipal, iniciando-se em 09 de junho de 2015 e terminando em 31 de dezembro de 2016, permitida à recondução.

Art. 4° - Ao Comitê de Investimentos compete:

I. Analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado financeiro;
II. Traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;
III. Avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos da carteira do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra;
IV. Avaliar riscos potenciais;
V. Propor alterações na Política de Investimentos.

Art. 5º O Comitê de Investimentos reger-se-á pelas regras elencadas no Regimento Interno do Comitê de Investimentos, que faz parte integrante deste Decreto, com o Anexo Único.

Art. 6º O Comitê de Investimentos, responde tecnicamente em solidariedade aos gestores do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Estância Turística de Holambra - IPMH, pelas ações e investimentos dos quais participem em seu processo de escolha e decisão.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrárias.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de junho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação do Decreto n.º 1081/2015.

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1. Da Finalidade

1.1. O presente regimento tem por finalidade estabelecer os princípios básicos inerentes ao Comitê de Investimentos do IPMH.
1.2. O Comitê é uma instância colegiada de caráter consultivo e propositivo, voltada para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos do IPMH.

2. Das Competências e Responsabilidades do Comitê

2.1. Propor, anualmente, a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as aos Conselhos, Administrativo e Fiscal do IPMH para apreciação e posterior aprovação;
2.2. Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010;
2.3. Propor a alocação tática dos investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo;
2.4. Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos;
2.5. Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência;
2.6. Propor políticas de taxas e corretagens, considerando os custos e serviços envolvidos;
2.7. Assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio cadastramento;
2.8. Apreciar os cenários, econômico-financeiro de curto, médio e longo prazo.

3. Das Reuniões

3.1. As reuniões do Comitê, com a presença de todos os membros em primeira chamada e se necessário, com a participação dos presentes na segunda chamada.
3.2. O Comitê reunir-se-á, de forma ordinária, mensalmente e, extraordinariamente, conforme convocação do Superintendente Chefe do IPMH.
3.3. Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão, obrigatoriamente, compor a pauta:

I - Análise do cenário macroeconômico de curto prazo, bem como as expectativas de mercado;

II - Avaliação dos investimentos que compõe o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação;

III - Análise do fluxo de caixa, considerando as obrigações previdenciárias administrativas para o mês em curso;

Continuação do Decreto n.º 1081/2015.

IV - Proposições de investimentos/desinvestimentos, considerando avaliações técnicas com relação aos ativos objetos da proposta, que justifique o movimento proposto.

3.4. O Comitê será coordenado pelo responsável técnico pela gestão dos recursos do IPMH, que terá as seguintes atribuições na qualidade de coordenador:

I - Distribuir, previamente, a pauta de cada reunião, contendo os assuntos a serem tratados, bem como material de apoio à reunião;

II - Lavrar as respectivas atas das reuniões, submetendo-as à aprovação e assinatura pelos membros do Comitê;

3.5. Os assuntos a serem tratados nas reuniões do Comitê deverão, sempre que possível, estarem embasados em exposições contendo as informações necessárias para discussão e deliberação dos mesmos.

3.6. Sempre que se julgar necessário, poderão ser convidados especialistas de mercado ou quaisquer outras pessoas que venham a contribuir para a análise e discussão de assunto da pauta.

3.7. As decisões do Comitê serão aprovadas por maioria simples de votos, cabendo ao responsável técnico pela gestão dos recursos, qualificado na forma da Lei, além do voto pessoal o voto de qualidade, no caso de empate.

3.8. Havendo manifestação de vontade, eventuais votos vencidos deverão ser registrados em ata, acompanhado das respectivas justificativas que embasaram o voto.

4. Disposições Gerais

4.1. As atas de reuniões, bem como seus respectivos anexos, depois de numeradas e assinadas serão armazenadas por prazo indeterminado;

4.2. Os membros do Comitê têm o dever de cumprir este Regimento Interno;

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

DECRETO N.° 1085/2015

"Revoga artigo 3° do Decreto n.° 1084 de 01 de Julho de 2015 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO que os bancos terão seu funcionamento normal no dia 10 de julho corrente;

CONSIDERANDO que através do princípio de direito administrativo da AUTOTUTELA é da competência do administrador alterar seus próprios atos, quando da constatação da existência de mero erro material;

DECRETO:

Art. 1° Fica revogado o artigo 3° do Decreto n.° 1084, de 01 de Julho de 2015:

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1082/2015

Dispõe sobre a reestruturação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais.

DECRETO

Art. 1°. Fica reestruturada a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar pelos membros abaixo relacionados:

Nome	Cargo	RG
Ana Paula Martins Ramos	Procuradora Jurídica Júnior	28.275.278-X
Camila Maria Guimaro	Procuradora Jurídica Júnior	32.226.743-2
Alexandre Berenhi	Dentista	13.375.770
Antonio Reginaldo de Jesus Beleza Giron	Guarda Municipal	18.074.562

Art. 2° A Presidência da comissão será exercida pela servidora Ana Paula Martins Ramos e será responsável pela condução das audiências e atos processuais e pela conclusão do processo.

Art. 3° Para secretariar os trabalhos fica designada a servidora Camila Maria Guimaro, no qual será responsável por todos os pareceres, deliberações e relatórios do processo.

Art. 4° O servidor Alexandre Berenhi, na qualidade de membro, será responsável pela autuação, numeração e rubrica das folhas do processo e por todos os atos de intimação, digitação de atas e depoimentos em audiência.

Art. 5° Os membros da comissão ora nomeada farão jus à gratificação por serviços extraordinários de 10% (dez por cento) do valor de seus vencimentos, nos termos do artigo 164 da Lei Complementar n° 052/95, mediante expedição de Portaria.

Art. 6° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 930/2013 e 974/2014.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de junho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1083/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 40.000,00** (Quarenta Mil Reais), as dotações do orçamento vigente, junto ao SAEHOL, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Junho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1083 , DE 09 DE junho DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE Holambra, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Holambra, 09 de junho de 2015

ANTONIO CARLOS BERNARDI JUNIOR

DECRETO Nº 1083 , DE 09 DE junho DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	5	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.30.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 40.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	10	17.512.0037.2052.0000 3.3.90.30.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA MATERIAL DE CONSUMO	-40.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES -40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1084/2015

"Dispõe sobre Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, relativo ao dia que especifica e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 61.337/2015 que suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 10 de julho de 2015 próximo;

CONSIDERANDO que no dia 09 de Julho próximo, quinta-feira, é feriado estadual, em conformidade com a Lei Estadual n.º 9.497 de 05 de março de 1997, onde se comemora tradicionalmente ***REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA de 1.932***;

DECRETO:-

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 10 de julho corrente, sexta-feira, respectivamente, em virtude do feriado da ***REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA de 1.932***.

Parágrafo Único - O disposto no artigo 1º não se aplica aos Serviços de Limpeza Pública, Pronto Socorro (Policlínica Central), Guarda Municipal, Agentes de Trânsito, Creches, Cemitério e Autarquias.

Art. 2º As Autarquias poderá utilizar-se do Ponto Facultativo desde que determinado pelo Superintendente Chefe ou cargo equivalente do respectivo Órgão Municipal.

Art. 3º Os tributos municipais que por ventura tenha seu vencimento nos dias 09 e 10 de julho de 2015, poderão ser pagos no dia 13 do corrente mês sem acréscimos legais.

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada Departamento ou Órgão a fiscalizar e determinar o cumprimento das disposições deste decreto, de modo que não prejudiquem o andamento dos trabalhos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1085/2015

"Revoga artigo 3º do Decreto n.º 1084 de 01 de Julho de 2015 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO que os bancos terão seu funcionamento normal no dia 10 de julho corrente;

CONSIDERANDO que através do princípio de direito administrativo da AUTOTUTELA é da competência do administrador alterar seus próprios atos, quando da constatação da existência de mero erro material;

DECRETO:

Art. 1º Fica revogado o artigo 3º do Decreto n.º 1084, de 01 de Julho de 2015:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 02 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1086/2015

"Aprova projeto de desmembramento de área e recebe em doação e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda;

CONSIDERANDO o pedido formulado no processo administrativo n.º 1255/2015;

CONSIDERANDO ainda, que os requerentes pretendem doar bem imóvel, sem encargos ao Município.

DECRETO:-

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de ***desmembramento de área e recebe em doação o Município da Estância Turística de Holambra,*** localizado neste Município, com a transcrição do imóvel sob n.º 54.044 no CRI de Mogi Mirim-SP, com área de 179.127,87 m², situada no perímetro urbano desde município, de propriedade de Gerardus Johannes Maria Barendese, Reinaldus Theodorus Maria Vernooy, Johannes Petrus Wulfram de Wit e outros, de que trata o processo administrativo protocolado sob n.º 1255/2015.

Art. 2º O projeto de que trata o artigo anterior possui as características descritas nos incisos seguintes:

I. Como **SITUAÇÃO PRETENDIDA**, a área de que trata o artigo 1º, para regularização da doação, fica composta da seguinte área:

a) REMANESCENTE

Memorial descritivo da **área Remanescente** da matricula n.º 54.044 CRIMM, de propriedade de Gerardus Johannes Maria Barendese, Reinaldus Theodorus Maria Vernooy, Johannes Petrus Wulfram de Wit e outros, localizada no município de Holambra – Comarca de Mogi Mirim, no Estado de SP.

Inicia-se a descrição deste perímetro com a linha divisória no ponto 2a, cravado na divisa da Gleba A2 – A desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão e na margem da Alameda Maurício de Nassau; daí segue confrontando com a Alameda Maurício de Nassau, com rumo e distância de 5°36'11" SW e 48.37m. até o ponto 2e, cravado na margem da Alameda Maurício de Nassau e na divisa com a Gleba A2 – C desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão; desse segue confrontando com a Gleba A2 – C desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com os seguintes rumos e distancias: 85°36'52" SE e 153.35 m. até o ponto 2h; 4°10'15" SW e 71.69 m. até o ponto 2g; 85°07'27" NW e 155.12 m. até o ponto 2f, localizado na margem da Alameda Mauricio de Nassau; desse segue margeando a Alameda Mauricio de Nassau com rumo de 5°36'11" SW e distancia de 113.40 m. até o ponto 2 cravado na margem da Alameda Mauricio de Nassau e ponto de início da curva de concordância desta Alameda com a Rua dos Girassóis; daí deflete a esquerda e segue em curva de concordância, esquina da Alameda Maurício de Nassau com a Rua dos Girassóis, uma distância de 14,76m (raio de 9,00m), até o ponto 3,cravado na margem da Rua dos Girassóis; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a Rua dos Girassóis, com rumo e distância

Continuação do Decreto n.º 1086/2015.

de 81°07'03"NE e 649,34m até o ponto 4,cravado na margem da Rua dos Girassóis e na margem da Faixa de Segurança da Rodovia SP-107; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a cerca da Faixa de Segurança da Rodovia SP-107 com rumo e distância de 46°00'03"NW e 577,08m até o ponto 5, cravado na margem da Rodovia SP-107, Km 34 + 80 metros e na divisa com a Gleba B2 – desmembrada da Gleba B da Seção A da Fazenda Ribeirão, de propriedade de Theodorus Breg e Cornélis Theodorus Maria Van Rooijen; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a Gleba B2 com rumo e distância de 46°33'23"SW e 227,54 m. até o ponto 6,cravado na divisa da Gleba B2 e na margem da Rua Verônicas; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a Rua Verônicas, com rumo e distância de 84°55'41"SE e 105,85m até o ponto 7, cravado no final da Rua Verônicas; daí deflete a direita e segue confrontando com o final da Rua Verônicas com rumo e distância de 05°21'33"SW e 14,00m até o ponto 8, cravado do outro lado da Rua Verônicas; daí segue confrontando com a Gleba A2 – B desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com rumo e distância de 6°53'05" SW e 98.33 m. até o o ponto 2d, dai segue com rumo e distancia de 85°53'35" NW e 60.83 m. até o ponto 2b; dai segue confrontando com confrontando com a Gleba A2 – A desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com rumo e distância de 85°39'56" NW e 83.16 m. até o com ponto 2a, que serviu de partida. Fechando assim uma área de **153.811,12 m²**.

b) ÁREA (Remanescente) – Gleba A2-A

Memorial descritivo da **área remanescente** da matricula n.º 54.044 CRIMM, de propriedade de Gerardus Johannes Maria Barendese, Reinaldus Theodorus Maria Vernooy, Johannes Petrus Wulfram de Wit e outros, localizada no município de Holambra – Comarca de Mogi Mirim, no Estado de SP.

DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

Inicia-se a descrição deste perímetro com a linha divisória no ponto 1, cravado na margem da Alameda Maurício de Nassau, inicio da curva de concordância desta Alameda com a Rua Verônicas; dai deflete a direita e segue em curva de concordância da Alameda com a Rua Verônicas, uma distancia de 14,60 m. (raio de 9,00 m.) até o ponto 09; daí segue confrontando com a Rua Verônicas, com rumo e distância de 84°55'41" SE e 69.29 m. até o ponto 2c, cravado na divisa com a Gleba A2 – B desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão; desse segue confrontando com a Gleba A2 – B desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com o seguinte rumo e distancia: 4°56'37" SW e 99.31 m. até o ponto 2b, localizado na divisa da Gleba Remanescente da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão; desse segue margeando a Gleba Remanescente da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com rumo de 85°39'56" NW e distancia de 83.16 m. até o ponto 2a cravado na margem da Alameda Mauricio de Nassau; desse segue confrontando com a Alameda Mauricio de Nassau com rumo de 5°36'11" NE e distancia de 83.37 m. até o ponto 01 que serviu de partida, fechando assim uma área de **8.189,92 metros quadrados**.

c) ÁREA (Remanescente) – Gleba A2-B

Memorial descritivo da **área remanescente** da matricula n.º 54.044 CRIMM, de propriedade do Gerardus Johannes Maria Barendese, Reinaldus Theodorus Maria Vernooy, Johannes Petrus Wulfram de Wit e outros, localizada no município de Holambra – Comarca de Mogi Mirim, no Estado de SP.

Continuação do Decreto n.º 1086/2015.

DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

Inicia-se a descrição deste perímetro com a linha divisória no ponto 2c, cravado na divisa da Gleba A2-A desmembrada da Gleba A 2 desmembrada da Gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão e na margem da Rua Verônicas, daí segue confrontando com a Rua Verônicas, com rumo e 84°55'41" SE e distancia de 64.16m até o ponto 8, cravado na divisa com a Gleba remanescente da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão; desse segue confrontando com a Gleba remanescente da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com os seguintes rumos e distancias: 6°53'05" SW e 98.33 m. até o ponto 2d; 85°53'35" NW e 60.83 m, até o ponto 2b, localizado na divisa da Gleba A2 – A desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão; desse segue margeando a Gleba A2 – A desmembrada da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão com rumo de 4°56'37" NE e distancia de 99.31 m. até o ponto 2c, até o ponto 01 que serviu de partida, fechando assim uma área de **6.172,91 metros quadrados**.

d) ÁREA DOADA – Gleba A2-C

Memorial descritivo da **área doada** da matricula n.º 54.044 CRIMM, de propriedade do Gerardus Johannes Maria Barendese, Reinaldus Theodorus Maria Vernooy, Johannes Petrus Wulfram de Wit e outros, localizada no município de Holambra – Comarca de Mogi Mirim, no Estado de SP, para implantação do Cemitério.

DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE DOADA

Inicia-se a descrição deste perímetro com a linha divisória no ponto 2e, cravado Margem da Alameda Mauricio de Nassau e na divisa da Gleba Remanescente da Gleba A 2 desmembrada da Gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão, daí segue confrontando com Gleba Remanescente da Gleba A 2 desmembrada da Gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão, com os seguintes azimutes e distancias: 85°36'52" SE e 153.35 m. até o ponto 2h; 4°10'15" SW e 71.69 m. até o ponto 2g; 85°07'27" NW e 155.12 m. até o ponto 2f, cravado na divisa com a Gleba remanescente da Gleba A2 desmembrada da gleba A da Seção A da Fazenda Ribeirão e na margem da Alameda Mauricio de Nassau; desse segue confrontando com a Alameda Mauricio de Nassau com Rumo de 5°36'11" NE e distancia de 70.37 m. até o ponto 2e, que serviu de partida, fechando assim uma área de **10.953,92 metros quadrados**.

Áreas	m²
Matricula n.º 54.044	179.127,87
a) Remanescente	153.811,12
b) Área remanescente	8.189,92
c) Área remanescente	6.172,91
d) Área doada	10.953,92

Art. 3º Integram este Decreto o Projeto Completo, com o Levantamento Planimétrico e o Memorial Descritivo.

Art. 4º As áreas descritas no presente decreto, será destacada da gleba maior registrada sob n.º 54.044, junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim/SP, atualmente em nome da doadora, consoante projeto aprovado junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra conforme processo administrativo n.º 1255/2015.

Continuação do Decreto n.º 1086/2015.

Art. 5º Fica o Município da Estância Turística de Holambra autorizado a receber em doação a área identificada na alínea "d", do inciso I, do Artigo 2º deste decreto, descrita como área doada, sem quaisquer ônus à municipalidade.

Art. 6º A partir da publicação do presente Decreto fica o Poder Executivo autorizado, em nome do Município da Estância Turística de Holambra, a efetuar o registro do referido bem imóvel no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim/SP e no Patrimônio do Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 13/04/2015.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n.º 1058/2015.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1087/2015

"Aprova alteração do projeto de CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA DAS TULIPAS de que trata o Decreto n.º 1014/2014".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda

CONSIDERANDO o processo administrativo de n.º 2436/2015;

CONSIDERANDO que a referida alteração do projeto de Condomínio, com 176 (cento e setenta e seis) unidades residenciais com área total em lotes de 26.816,18 m2 (vinte e seis mil oitocentos e dezesseis metros e dezoito centésimo de metros quadrados);

DECRETO:

Art. 1º Fica aprovado à alteração do projeto do CONDOMINIO denominado "***CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA DAS TULIPAS***", Localizado no lote 9 A -1 da Seção F da Fazenda Ribeirão Matricula 69.827 do Cartório de Registro de Imóveis de Mogi Mirim de propriedade de **MURIEL THERESIA VAN LEEUWN, KEVIN DELFINO VAN LEEUWEN e CHANTAL EUGENIE VAN LEEUWEN**, com área total de 45.290.08 m2 localizado no perímetro urbano, de caráter exclusivamente **RESIDENCIAL**, com características descritas conforme quadro de áreas abaixo:

QUADRO DE ÁREAS

ESPECIFICAÇÕES	ÁREAS (m²)	%
Área do terreno	45.290,08	100,00
Área das Unidades	26.816,18	59,21
Sistema Viário	13.033,20	28,78
Área de Lazer	5.440,70	12,01

Art. 2º Para liberação dos serviços municipais, quando se tratar de obras de infra-estrutura ou abastecimento de água, coleta de esgotos, águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica, os mesmos só serão aceitos pela **Prefeitura Municipal e SAEHOL** nas seguintes condições:

I. Execução conforme os projetos e memoriais descritivos aprovados;
II. ART do responsável técnico pela execução;
III. Solicitação, aos departamentos técnicos da **Prefeitura Municipal e SAEHOL**, de ordem de serviço para autorização do início dos serviços.

Continuação do Decreto n.º 1087/2015.

Parágrafo Único. Todo e qualquer serviço executado em desacordo com o estabelecido nos projetos aprovados, será de inteira responsabilidade da proprietária do empreendimento que arcará com as despesas para regularização, nos termos da legislação vigente".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o artigo 3º do Decreto n.º 1014/2014.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1088/2015

"Reestrutura a Comissão de Brigada de Incêndio e Emergência no Âmbito da Administração Municipal".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e

CONSIDERANDO que, a **Brigada de Incêndio e Emergência** é basicamente um grupo organizado de pessoas que são especialmente capacitadas para que possam atuar numa área previamente estabelecida, na **prevenção, abandono e combate a um princípio de incêndio ou emergência**, e que também estejam aptas a prestar os primeiros socorros a possíveis vítimas;

DECRETO:

Art. 1º Os brigadistas devem ser pessoas do próprio órgão público, gozar de boa saúde, boa condição física e conhecer as instalações, devem ser treinados para ser capazes de identificar situações de emergência, acionar alarme e corpo de bombeiros, cortarem energia quando necessário, realizar primeiros socorros, controlar pânico, guiar a saída das pessoas para abandono da área, combater princípios de incêndio.

Art. 2º Fica Reestruturada a Comissão de Brigada de Incêndio e emergência no âmbito da Administração Municipal, com os seguintes integrantes:

1. Claudenir Chichem (Diretor de Segurança, Trânsito e Defesa Civil);
2. Antonio Reginaldo de Jesus Beleza Giron (Chefe de Equipe);
3. Paulo Roberto Rita (Chefe de Equipe)
4. Marcelo Leandro de Souza (Chefe de Equipe)
5. Ubiracy Silva Lima (Guarda Municipal)
6. Elpidio Chaves Junior (Agente de Trânsito)

Art. 3º Fica designado o Sr. Claudenir Chichem, membro titular dos representantes da Brigada de Incêndio e Emergência, como Presidente.

Art. 4º A comissão ora nomeada prestará seus serviços, sem ônus para a Municipalidade, inscrevendo-se como as de "relevantes serviços prestados ao Município".

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 965/2014.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1089/2015

"Dispõe sobre a designação dos membros da COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Município de Holambra e da outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETO:

Art. 1° Designar as pessoas abaixo relacionadas para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, conforme artigo 7° do Decreto Municipal n.º 366 de 29 de abril de 2002, e suas alterações:

I - COORDENADOR DA COMDEC:
Claudenir Chichem – Diretor de Segurança, Trânsito e Devesa Civil

II - SECRETÁRIO EXECUTIVO:
Antonio Reginaldo de Jesus Beleza Giron – Chefe de Equipe da Guarda Municipal

III - CONSELHO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS - CENG:
Tatiane Cristina de Oliveira – Diretora de Cultura e Eventos
Valmir Marcelo Iglecias – Diretor de Saúde

IV- ÁREA 1 - DEFESA:
Paulo Roberto Rita – Chefe de Equipe da Guarda Municipal
Fabio Henrique Alves Carneiro – Guarda Municipal

V- ÁREA 2 - APOIO:
Paulo Cesar Alves – Chefe de Equipe da Guarda Municipal
Leomar dos Santos Barreira – Chefe da Divisão de Trânsito

VI - ÁREA 3 – RELAÇÕES PÚBLICAS:
Ariel Cahen – Assessor de Imprensa
Alessandra Caratti de Wit – Diretora de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Art. 2° Os serviços prestados em ocorrência de eventos desastrosos serão considerados relevantes e constarão dos assentamentos funcionais dos participantes.

Continuação do Decreto n.º 1089/2015.

Art. 3º O prazo de nomeação do referido conselho, será por prazo indeterminado, cabendo ao Executivo Municipal sua alteração sempre que for necessária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario e em especial o Decreto n° 967/2014

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1090/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 335.387,01** (Trezentos e Trinta e Cinco Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Um Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam suplementadas, na importância total de **R$ 135.787,02** (Cento e Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Dois Centavos), através do excesso de arrecadação transferido do Governo Estadual e Federal, as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1090 , DE 08 DE JULHO DE 2015 - LEI N.847

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 471.174,03 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
36	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	149.700,00 F.R.: 0 01 00	
02 05 02	DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
464	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.93.00 05 200 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS EDUCAÇÃO	823,07 F.R.: 0 05 00	
02 05 09	TRANSPORTE ESCOLAR			
413	12.362.0016.2009.0000 3.3.90.93.00 02 230 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS ENSINO MÉDIO	985,44 F.R.: 0 02 00	
02 06 01	DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO			
140	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	5.300,00 F.R.: 0 01 00	
02 07 01	DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
432	15.451.0017.1021.0000 4.4.90.51.00 01 110 000	INFRA-ESTRUTURA,PAVIMENTAÇÃO,RECAPEAMENTO DE OBRAS E INSTALAÇÕES TESOURO GERAL	121.768,41 F.R.: 0 01 00	
02 08 01	DIVISÃO DE TRANSPORTE			
195	26.782.0008.2022.0000 3.3.90.36.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA TESOURO GERAL	5.000,00 F.R.: 0 01 00	

DECRETO Nº 1090 , DE 08 DE JULHO DE 2015 - LEI N.847

02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

272	08.242.0011.2029.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO NAOTT	63.500,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	510 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	
283	08.244.0011.2026.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO PROMOÇÃO S	20.000,00
	3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	510 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	

02 11 06 MANUT. FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

439	08.244.0011.2028.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE S	2.441,51
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 510	FUNDO DE SOLIDARIEDADE	

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

309	13.392.0029.2013.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	10.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

DECRETO Nº 1090 , DE 08 DE JULHO DE 2015 - LEI N.847

02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

438	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASIC EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	1.997,00 F.R.: 0 01 00
446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASIC MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	1.260,00 F.R.: 0 01 00
446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASIC MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	5.618,60 F.R.: 0 01 00
455	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.51.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASIC OBRAS E INSTALAÇÕES TESOURO GERAL	64.780,00 F.R.: 0 01 00
324	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E CO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	8.000,00 F.R.: 0 01 00

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	3.000,00 F.R.: 0 01 00
386	20.452.0013.2021.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	7.000,00 F.R.: 0 01 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **135.787,02**

Fontes de Recurso	
01 00	131.537,00
02 00	3.426,95
05 00	823,07

Anulação:

DECRETO Nº 1090 , DE 08 DE JULHO DE 2015 - LEI N.847

02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

169	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.43 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA E S SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA TESOURO GERAL	-8.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

213	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.30.00 01 310 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SA MATERIAL DE CONSUMO TESOURO SAÚDE-GERAL	-66.926,37 F.R. Grupo: 0 01 00
447	10.301.0009.1140.0000 4.4.90.51.00 01 300 000	Reforma e Ampliação da Policlínica OBRAS E INSTALAÇÕES TESOURO SAÚDE	-10.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

02 10 01 GUARDA MUNICIPAL

260	06.181.0010.2024.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	-74.842,04 F.R. Grupo: 0 01 00

02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

322	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E CONS MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	-10.618,60 F.R. Grupo: 0 01 00
329	18.541.0013.2035.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEMA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	-5.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

361	27.812.0032.1121.0000 4.4.90.51.00 01 110 000	Reforma Ginásio do Estádio Zeno Capato OBRAS E INSTALAÇÕES TESOURO GERAL	-7.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1090 , DE 08 DE JULHO DE 2015 - LEI N.847

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

373	15.451.0017.1020.0000 4.4.90.51.00 02 100 158	Revitalização e Desassoriamento Nossa Prainha OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS REVITALIZAÇÃO NOSSA PRAINHA	-150.000,00 F.R. Grupo: 0 02 00
378	20.452.0013.2021.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	-3.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
HOLAMBRA, 08 de julho de 2015

~~FERNANDO FIORI DE GODO~~Y
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1091/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 1.557.198,67** (Um Milhão, Quinhentos e Cinqüenta e Sete Mil, Cento e Noventa e Oito Reais e Sessenta e Sete Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HOLAMBRA, 08 de julho de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 01 01 GABINETE DO PREFEITO			
Ficha:	17	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.36.00	GABINETE DO PREFEITO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA			
Ficha:	25	02.062.0020.2003.0000 3.3.90.36.00	JURÍDICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ficha:	34	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.30.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL MATERIAL DE CONSUMO	21.942,15
Ficha:	39	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.92.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33,50
Ficha:	40	04.122.0002.2004.0000 4.4.90.52.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.440,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
Ficha:	62	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.36.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.480,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Ficha:	84	12.361.0004.2006.0000 3.1.90.11.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.068,00
Ficha:	87	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Ficha:	88	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.36.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.000,00
Ficha:	90	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.46.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	42.932,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO			
Ficha:	127	12.122.0100.2043.0000 3.3.90.39.00	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	674,31
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO			
Ficha:	138	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO TURISTICA MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO

Ficha:	139	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.36.00	PROMOÇÃO TURISTICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	900,00
Ficha:	140	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO TURISTICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.500,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Ficha:	144	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.872,85
Ficha:	145	15.451.0017.1021.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC OBRAS E INSTALAÇÕES	33.555,76
Ficha:	164	15.451.0017.2017.0000 3.1.90.11.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
Ficha:	167	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC MATERIAL DE CONSUMO	20.480,98
Ficha:	169	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.43	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	190.000,00
Ficha:	448	15.451.0017.1093.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC OBRAS E INSTALAÇÕES	19.240,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 02 DIVISAO DE SERVICOS FUNERÁRIOS

Ficha:	174	15.452.0017.2020.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 03 DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA

Ficha:	180	15.452.0017.2047.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	502.113,78

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE

Ficha:	196	26.782.0008.2022.0000 3.3.90.39.00	GESTÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.200,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

Ficha:	213	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
Ficha:	218	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00
Ficha:	230	10.302.0009.2049.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
Ficha:	465	10.304.0009.2051.0000 3.3.71.70.00	SAÚDE PARA TODOS RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	29.835,00

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	466	10.304.0009.2051.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
Ficha:	467	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.93.00	SAÚDE PARA TODOS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.353,34
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	309	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO CULTURAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	319	18.541.0013.2032.0000 3.1.90.11.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
Ficha:	324	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
Ficha:	446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO MATERIAL DE CONSUMO	2.124,00
Ficha:	456	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
Ficha:	335	18.541.0013.2046.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
Ficha:	345	16.482.0017.2017.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNIC MATERIAL DE CONSUMO	4.100,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE			
Ficha:	367	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.30.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE MATERIAL DE CONSUMO	700,00
Ficha:	369	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.39.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.400,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS			
Ficha:	386	20.452.0013.2021.0000 4.4.90.52.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.053,00
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			1.557.198,67

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 01 01 GABINETE DO PREFEITO		
Ficha:	13	04.122.0019.2002.0000 GABINETE DO PREFEITO 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-4.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA		
Ficha:	27	02.062.0020.2003.0000 JURÍDICO 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-2.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Ficha:	36	04.122.0002.2004.0000 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-25.415,65
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL		
Ficha:	58	12.365.0014.2007.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-4.480,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
Ficha:	89	12.361.0004.2006.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-40.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO		
Ficha:	126	12.122.0100.2043.0000 ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-674,31
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 05 09 TRANSPORTE ESCOLAR		
Ficha:	129	12.361.0004.2006.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-100.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO		
Ficha:	133	23.695.0033.1062.0000 PROMOÇÃO TURISTICA 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	-13.000,00
Ficha:	134	23.695.0033.2015.0000 PROMOÇÃO TURISTICA 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-1.000,00
Ficha:	137	23.695.0033.2015.0000 PROMOÇÃO TURISTICA 3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS	-5.400,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO		
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS		

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
Ficha:	147	15.451.0017.1047.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-27.113,78
Ficha:	151	15.451.0017.1114.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-3.000,00
Ficha:	152	15.451.0017.1114.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-500.000,00
Ficha:	153	15.451.0017.1128.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-200.000,00
Ficha:	154	15.451.0017.1129.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-6.240,00
Ficha:	155	15.451.0017.1129.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-33.555,76
Ficha:	172	15.451.0017.2017.0000 4.4.90.52.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-526,35
Ficha:	432	15.451.0017.1021.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OBRAS E INSTALAÇÕES	-26.346,50
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 03 DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA			
Ficha:	178	15.452.0017.2047.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI MATERIAL DE CONSUMO	-200,00
Ficha:	183	15.452.0017.2047.0000 4.4.90.52.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-280,98
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE			
Ficha:	191	26.782.0008.2022.0000 3.1.90.11.00	GESTÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-3.200,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	201	10.301.0009.1140.0000 4.4.90.51.00	SAÚDE PARA TODOS OBRAS E INSTALAÇÕES	-1.353,34
Ficha:	227	10.301.0009.2023.0000 4.4.90.52.00	SAÚDE PARA TODOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-500.000,00
Ficha:	240	10.304.0009.2051.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-9.955,00
Ficha:	243	10.304.0009.2051.0000 4.4.90.52.00	SAÚDE PARA TODOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-19.880,00
Ficha:	249	10.305.0009.2051.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-1.000,00

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	306	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO CULTURAL MATERIAL DE CONSUMO	-2.000,00
Ficha:	308	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.36.00	PROMOÇÃO CULTURAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-4.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	313	17.512.0012.1116.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-2.700,00
Ficha:	455	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.51.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OBRAS E INSTALAÇÕES	-124,00
Ficha:	322	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-2.500,00
Ficha:	328	18.541.0013.2035.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-1.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
Ficha:	330	18.541.0013.2046.0000 3.1.90.11.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-2.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
Ficha:	346	16.482.0017.2017.0000 3.3.90.36.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-1.100,00
Ficha:	350	16.482.0017.2017.0000 4.4.90.52.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MUNICI EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-3.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE			
Ficha:	357	27.812.0032.1118.0000 4.4.90.51.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE OBRAS E INSTALAÇÕES	-4.700,00
Ficha:	364	27.812.0032.2014.0000 3.1.90.11.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-400,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS			
Ficha:	381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-1.553,00
Ficha:	382	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.36.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-1.000,00
Ficha:	383	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-1.500,00

DECRETO Nº 1091 , DE 08 DE julho DE 2015

TOTAL DAS ANULAÇÕES	-1.557.198,67

DECRETO N.º 1092/2015

"Dispõe sobre medidas de adequação de gastos públicos, contenção de despesas e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em atenção especial aos dispositivos da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental; e

CONSIDERANDO ainda a deterioração do cenário econômico nacional,

DECRETO:

Art. 1° Fica suspenso à concessão de licenças prêmios em dinheiro, conversão de férias em dinheiro, horas extras a partir da expedição desse Decreto.

Parágrafo Único – O pagamento de hora extra somente será autorizado para serviços essenciais e eventos do calendário oficial do Município já programado financeiramente.

Art. 2º Fica vedado qualquer realização de despesas de compras, adiantamentos de viagem, custeio de cursos e diárias sem que previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal e Diretor responsável.

Paragrafo único – O pagamento de adiantamentos de viagem aos motoristas da Administração pública e sua prestação de contas serão de controle da tesoureira da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Fica suspensa a restituição administrativa e pagamentos de indenizações a qualquer título, ressalvado os casos previstos em lei.

Art. 4º O pagamento de horas extras poderão ser compensados diretamente com banco de horas a ser estabelecido pelo departamento pessoal e regulamentado por decreto.

Continuação do Decreto n.º 1092/2015.

Art. 5º Para a contenção de gastos fica autorizado a redução de jornada para o Departamento de Turismo e Cultura, que será compensado nos eventos de finais de semana.

Art. 6º Determine-se ao setor jurídico e finanças as medidas necessárias para redução e gastos com locação de serviços e bens, redução de gastos com pessoal e com autônomos e supressão de serviços em contratos, no que couber, até 31 de março 2016.

Art. 7º O plano de redução deverá contemplar, dentre outras ações:

I – a renegociação das condições de preços e/ou quantidades vigentes nos contratos firmados para despesas de custeio, em especial no caso daqueles cujos valores atualizados para os exercícios de 2015/2016 sejam iguais ou superem a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante acordo entre as partes;

II – supressão, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de valores dos contratos vigentes, quando necessário;

III - reavaliação das licitações em curso que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como daquelas ainda a serem instauradas;

IV – reavaliação do espaço físico utilizado para as atividades de cada órgão e entidade;

V – providenciar a identificação de novas alternativas de localização com prioridade de utilização de imóveis próprios do Município.

§ 1° - A renegociação de contratos e a reavaliação de licitações deverão ser ajustadas às estritas necessidades da demanda e da disponibilidade orçamentária do exercício com apresentação de justificativas e esclarecimentos quando não realizadas.

§ 2° - Os órgãos e entidades municipais que disponham de áreas ociosas deverão mencioná-las em seus planos de redução de despesas a fim de permitir que as mesmas sejam oferecidas a outros órgãos ou entidades estaduais.

Art. 8º Ficam suspensas as despesas com custeio até dezembro de 2015 relativas a:

I - celebração de novos contratos de locação de imóveis e de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos;

Continuação do Decreto n.º 1092/2015.

II - celebração de termos aditivos que impliquem acréscimo de objeto, no tocante a contratos de prestação de serviços, execução de obras ou reformas e compras;

III - aquisição de imóveis e de veículos;

IV - realização de recepções, homenagens e solenidades que impliquem acréscimo de despesa não prevista no orçamento;

V - contratação ou prorrogação de contratos de serviços técnicos profissionais especializados que impliquem em aumento de despesas, nos termos dos incisos II e III do artigo 13 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, salvo se devidamente justificado.

Art. 9º O acompanhamento e a avaliação das medidas previstas neste decreto serão realizados por Comitê Gestor, instituído junto ao Gabinete do Prefeito, composto por representantes dos órgãos abaixo relacionados, nas seguintes conformidades:

I – Departamento de Finanças;

II – Departamento de Recursos Humanos;

III – Departamento Jurídico.

§ 1º - A coordenação dos trabalhos caberá ao Diretor Financeiro.

Art. 10 Caberá também ao Comitê Gestor o desenvolvimento de estudos com vistas à otimização das despesas de custeio nas seguintes frentes de economia:

I – passagens e despesas com locomoção;

II – serviços de Limpeza e Vigilância;

III – gastos com diárias de pessoal civil;

Art. 11 As diferenças salariais e de indenização quando reconhecidas em processo administrativo serão incluídas para pagamento no orçamento e pagas até 24 parcelas mensais, devidamente corrigidas na forma da lei.

Art. 12 Para fins de cumprimento deste decreto, os casos excepcionais, devidamente justificados, serão analisados e deliberados pelo Comitê Gestor e submetidos à aprovação do Prefeito Municipal.

Continuação do Decreto n.º 1092/2015.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1093/2015

"Reestrutura equipe para atuação nas licitações sob a modalidade Pregão".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de designação de pregoeiro e sua competente equipe de apoio para operacionalizar os procedimentos licitatórios sob a modalidade pregão, eletrônico ou presencial, em conformidade com o artigo 3º, IV, da lei 10.520/2002; e

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos n.º s 868 e 869/2013, que regulamentaram as modalidades de licitações: pregão presencial e eletrônico;

D E C R E T O:

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais abaixo relacionados para comporem a equipe para atuação nas licitações sob a modalidade pregão, nas categorias presenciais e eletrônicas deste município:

I. **PREGOEIRA e AUTORIDADE COMPETENTE:**
Antônio Augusto Puggina

II. **EQUIPE DE APOIO:**
1. **Graziela Aparecida Bertosse; e**
2. **Rosmeire Aparecida Barbosa Filipini.**

Parágrafo Único – A servidora designada para atuar como pregoeira, nas sessões em que não desempenhar esta função, poderá integrar a equipe de apoio.

Art. 2º O servidor designado como Autoridade Competente terá plenos poderes para publicar os editais e impostarem dados eletronicamente dos processos licitatórios.

Art. 3º A critério da Autoridade Competente, e de acordo com a vultuosidade e complexidade das compras a serem efetuadas, dentre os membros elencados no inciso III do artigo 1º, será nomeada a competente Equipe de Apoio específica para cada certame.

Art. 4º Além das obrigações inerentes à esta nomeação e das decorrentes da legislação sobre o assunto, a equipe instituída por este Decreto tem as seguintes atribuições:

Continuação do Decreto n.º 1093/2015.

I. Manter os setores requisitantes informados sobre as datas e agendamentos das publicações e sessões públicas referentes às contratações e aquisições por eles solicitadas;

II. Convidar representantes dos setores requisitantes para participarem das sessões públicas relacionadas aos objetos por eles solicitados;

III. Convocar representantes dos setores requisitantes, quando o objeto da licitação necessitar de parecer técnico para julgamento da proposta em relação à sua classificação e aceitabilidade.

Art. 5º O Departamento de Negócios Jurídicos deverá prestar apoio técnico-jurídico, orientando a equipe constituída por este Decreto das suas atribuições e esclarecendo as dúvidas que, porventura, vierem a ocorrer, durante as sessões públicas ou mediante elaboração de pareceres, quando se tratar de assunto de alta complexidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 1034/2015.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de julho de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1094/2015.

"Abre Crédito Adicional Suplementar para atender as despesas do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra – IPMH."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1°, e Incisos, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 811 de 28 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual LOA 2014).

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo protocolado sob. n.º 3069/2015.

DECRETO:-

Art. 1º Fica autorizado a Prefeitura Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 10.000,00** (Dez mil reais), consignado nas seguintes dotações:

03 – Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra;
03.01 - Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra;
03.01.01 - Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra;
09.122.0027.2039.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas do Regime Próprio de Previdência;
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
R$ 10.000,00

Art. 2º O presente Crédito será aberto com recurso de Superávit Financeiro, conforme artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, e servirá para reforço das dotações orçamentárias das despesas necessárias para o bom funcionamento deste RPPS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Agosto de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1095/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1°, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 370.937,87** (Trezentos e Setenta Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam suplementadas, na importância total de **R$ 12.531,26** (Doze Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Seis Centavos), através do excesso de arrecadação transferido do Governo Estadual e Federal, as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Agosto de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1095 , DE 07 DE AGOSTO DE 2015 - LEI N.847

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:

Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 383.469,13 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01	GABINETE DO PREFEITO			
18	04.122.0019.2002.0000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS		13.500,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
02 04 01	DIVISÃO DE FINANÇAS			
412	04.123.0003.2005.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		2.369,93
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	100 000	GERAL TOTAL		
02 05 02	DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
468	12.365.0014.2007.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL		636,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	210 024	FNDE APOIO CRECHES - BRASIL CARINHOSO		
469	12.365.0014.2007.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL		4.878,40
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		F.R.: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	210 024	FNDE APOIO CRECHES - BRASIL CARINHOSO		
02 05 03	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
88	12.361.0004.2006.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO		95.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	220 000	ENSINO FUNDAMENTAL		
02 05 07	MERENDA ESCOLAR			
445	12.306.0018.2033.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		1.389,93
	3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO		F.R.: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	200 003	FNDE - EJA		

DECRETO Nº 1095 , DE 07 DE AGOSTO DE 2015 - LEI N.847

02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO

134	23.695.0033.2015.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	57.000,00 F.R.: 0 01 00

02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

441	25.752.0024.2017.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA E OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	50.000,00 F.R.: 0 01 00

02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE

195	26.782.0008.2022.0000 3.3.90.36.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA TESOURO GERAL	4.500,00 F.R.: 0 01 00
199	26.782.0008.2022.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	2.000,00 F.R.: 0 01 00

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

309	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	30.000,00 F.R.: 0 01 00

02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

438	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASIC EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	1.997,00 F.R.: 0 01 00
446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	1.260,00 F.R.: 0 01 00
456	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	50.000,00 F.R.: 0 01 00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1095 , DE 07 DE AGOSTO DE 2015 - LEI N.847

02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

333	18.541.0013.2046.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRO-PECUARIO	50.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

371	27.812.0032.2014.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	3.300,00
	3.3.90.49.00	AUXÍLIO TRANSPORTE	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

381	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	15.637,87
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **12.531,26**

Fontes de Recurso	
01 00	3.257,00
02 00	2.369,93
05 00	6.904,33

Anulação:

02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

13	04.122.0019.2002.0000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS	-98.300,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO

133	23.695.0033.1062.0000	Sinalização Turistica	-30.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	100 145	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	

02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1095 , DE 07 DE AGOSTO DE 2015 - LEI N.847

02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

162	15.451.0017.1137.0000 4.4.90.51.00 02 100 163	Recapeamento dos Bairros Ypês e Flamboyant OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS RECAPE BAIRROS YPÊS E FLAMBOYANT	-50.000,00 F.R. Grupo: 0 02 00

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

205	10.301.0009.2023.0000 3.1.90.11.00 01 310 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO SAÚDE-GERAL	-57.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00
447	10.301.0009.1140.0000 4.4.90.51.00 01 300 000	Reforma e Ampliação da Policlínica OBRAS E INSTALAÇÕES TESOURO SAÚDE	-15.637,87 F.R. Grupo: 0 01 00

02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE

341	16.482.0017.1106.0000 4.4.90.51.00 05 100 154	Construção de Obras de Acessibilidade OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS FEDERAL - OBRAS ACESSIBILIDADE	-100.000,00 F.R. Grupo: 0 05 00

02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

356	27.812.0032.1089.0000 4.4.90.51.00 02 100 166	Construção da Pista de Skate OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS CONSTRUÇÃO PISTA SKATE	-20.000,00 F.R. Grupo: 0 02 00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HOLAMBRA, 07 de agosto de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1096/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 307.035,91** (Trezentos e Sete Mil, Trinta e Cinco Reais e Noventa e Um Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de Agosto de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
HOLAMBRA, 07 de agosto de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ficha:	31	04.122.0002.2004.0000 3.1.90.11.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.167,47
Ficha:	39	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.92.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	300,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
Ficha:	63	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	27.025,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Ficha:	89	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.875,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO			
Ficha:	125	12.122.0100.2043.0000 3.3.90.30.00	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO			
Ficha:	140	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO TURISTICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
Ficha:	144	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Ficha:	164	15.451.0017.2017.0000 3.1.90.11.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.368,44
Ficha:	167	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
Ficha:	172	15.451.0017.2017.0000 4.4.90.52.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 02 DIVISAO DE SERVICOS FUNERÁRIOS			
Ficha:	173	15.452.0017.2020.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 03 DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA			

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 03 DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA

Ficha:	180	15.452.0017.2047.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

Ficha:	216	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	47.200,00
Ficha:	224	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.49.00	SAÚDE PARA TODOS AUXÍLIO TRANSPORTE	15.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 10 01 GUARDA MUNICIPAL

Ficha:	257	06.181.0010.2024.0000 3.3.90.39.00	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

Ficha:	280	08.244.0011.2026.0000 3.1.90.11.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
Ficha:	284	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS

Ficha:	294	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

Ficha:	311	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.49.00	PROMOÇÃO CULTURAL AUXÍLIO TRANSPORTE	1.200,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Ficha:	335	18.541.0013.2046.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Ficha:	346	16.482.0017.2017.0000 3.3.90.36.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Ficha:	367	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.30.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE MATERIAL DE CONSUMO	10.300,00
Ficha:	369	27.812.0032.2014.0000	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	10.000,00

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

Ficha:	378	20.452.0013.2021.0000 3.1.90.11.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.100,00
Ficha:	382	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.36.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
Ficha:	383	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 307.035,91

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ficha:	34	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	-1.167,47
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha:	36	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	-300,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
Ficha:	57	12.365.0014.1124.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE	-27.025,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Ficha:	88	12.361.0004.2006.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL	-21.875,00
		3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO			
Ficha:	126	12.122.0100.2043.0000	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO	-2.000,00
		3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO			
Ficha:	133	23.695.0033.1062.0000	PROMOÇÃO TURISTICA	-30.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
Ficha:	169	15.451.0017.2017.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-7.000,00
		3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ficha:	432	15.451.0017.1021.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-70.368,44
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	205	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-15.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha:	219	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-47.200,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 10 01 GUARDA MUNICIPAL			
Ficha:	252	06.181.0010.2024.0000	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO	-30.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

DECRETO Nº 1096 , DE 07 DE agosto DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS			
Ficha:	273	08.243.0011.2027.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-10.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha:	283	08.244.0011.2026.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-5.000,00
		3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS			
Ficha:	291	08.244.0011.1095.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-3.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	309	13.392.0029.2013.0000	PROMOÇÃO CULTURAL	-1.200,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	318	18.541.0013.1148.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-4.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha:	323	18.541.0013.2032.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-1.500,00
		3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
Ficha:	342	16.482.0017.2017.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-3.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE			
Ficha:	357	27.812.0032.1118.0000	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	-10.300,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	359	27.812.0032.1119.0000	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	-10.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS			
Ficha:	381	20.452.0013.2021.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-7.100,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
	TOTAL DAS ANULAÇÕES			-307.035,91

DECRETO N.º 1097/2015

"Estabelece alterações no sistema viário municipal, com relação ao trânsito, nas vias que especifica e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO a realização do evento denominado "34ª Expoflora 2015", que acontecerá de 27/08 a 27/09/2015, evento que une diversão, gastronomia, exposição de flores e plantas, compras e muitas atrações, considerada a maior Exposição da América Latina;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do trânsito e de estacionamento de veículos automotores nas áreas próximas da 34ª Expoflora edição 2015, uma vez que se trata de ruas com grande número de tráfego;

CONSIDERANDO que é competência do Município planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas, em seus limites, consoante prevê o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei Complementar Municipal n.º 178/2006;

D E C R E T O:

Art. 1º Fica proibido o estacionamento de veículos automotores nas seguintes vias públicas, no período de 27/08 à 27/09/2015, conforme descritas abaixo:

I- Rua Ignácio Fonseca, proibida o estacionamento do lado direito, no trecho compreendido entre a Alameda Mauricio de Nassau até Avenida Mário Bonano;

II- Rua Charlles Hogenboon, proibida o estacionamento do lado direito, no trecho compreendido entre a Alameda Mauricio de Nassau até Avenida Mário Bonano;

III- Rua Girassóis, proibida o estacionamento nos dois lados, no trecho compreendido entre a Avenida Prímulas até a 1ª Viela e da 1ª Viela até a Alameda Mauricio de Nassau proibido o estacionamento do lado esquerdo;

IV- Alameda Mauricio de Nassau, proibido o estacionamento do lado esquerdo, no trecho compreendido da Rua Girassóis até Rua Primavera;

V- Rua Primavera, proibida o estacionamento nos dois lados, no trecho compreendido entre a Alameda Mauricio de Nassau até a 1ª Viela;

VI- Rua Fresias, proibida o estacionamento nos dois lados, no trecho compreendido entre a Rua Primavera até a Avenida Prímulas;

Continuação Decreto n.º 1097/2015.

Art. 2º Fica fechada as Ruas abaixo descritas no período de 27/08 à 27/09/2015.

I- Alameda Mauricio de Nassau, no trecho compreendido entre a Rua Ignácio Fonseca até Rua Girassóis, permanecera fechada ate 03/10/2015;

II- Rua Charlles Hogenboon, que liga a Alameda Mauricio de Nassau.

Art. 3º Fica proibido o estacionamento de ônibus, nos dois sentidos da Avenida Mário Bonano, compreendido entre o trecho Alameda Mauricio de Nassau até a Rua Iris no período de 27/08 à 27/09/2015.

Art. 4º Fica alterada a circulação de veículos automotores nas seguintes ruas no período de 27/08 à 27/09/2015:

I- Rua Fresias, no trecho compreendido entre a Rua Primavera e a Avenida Prímulas: permitida somente no sentido Centro/Bairro;

II- Rua Girassóis, no trecho compreendido entre a 1ª Viela e a Alameda Maurício de Nassau: permitida somente no sentido Bairro/Centro;

III- Alameda Maurício de Nassau, no trecho compreendido entre a Rua Girassóis e a Rua Primavera: permitida somente no sentido Bairro/Centro.

Art. 3º Fica o Departamento de Trânsito Municipal autorizado a tomar as medidas necessárias à divulgação e sinalização da referida via, para aplicação da proibição de estacionamento e circulação de veículos em conformidade com este Decreto, correndo as despesas por conta das verbas próprias do Departamento de Trânsito, já consignadas no orçamento.

Art. 4º É parte integrante deste Decreto um croqui da região, demonstrando graficamente as alterações realizadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

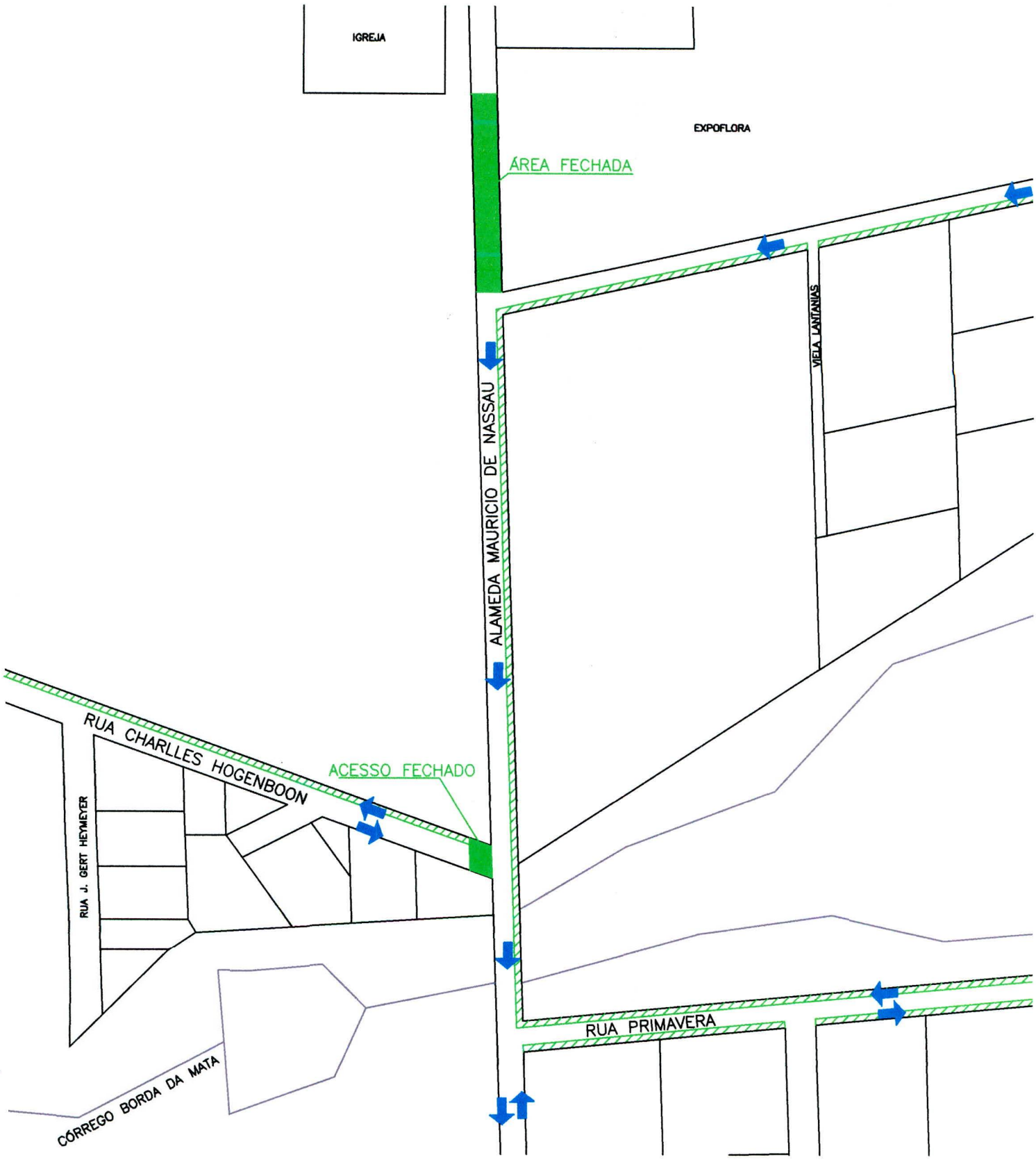
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Agosto de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

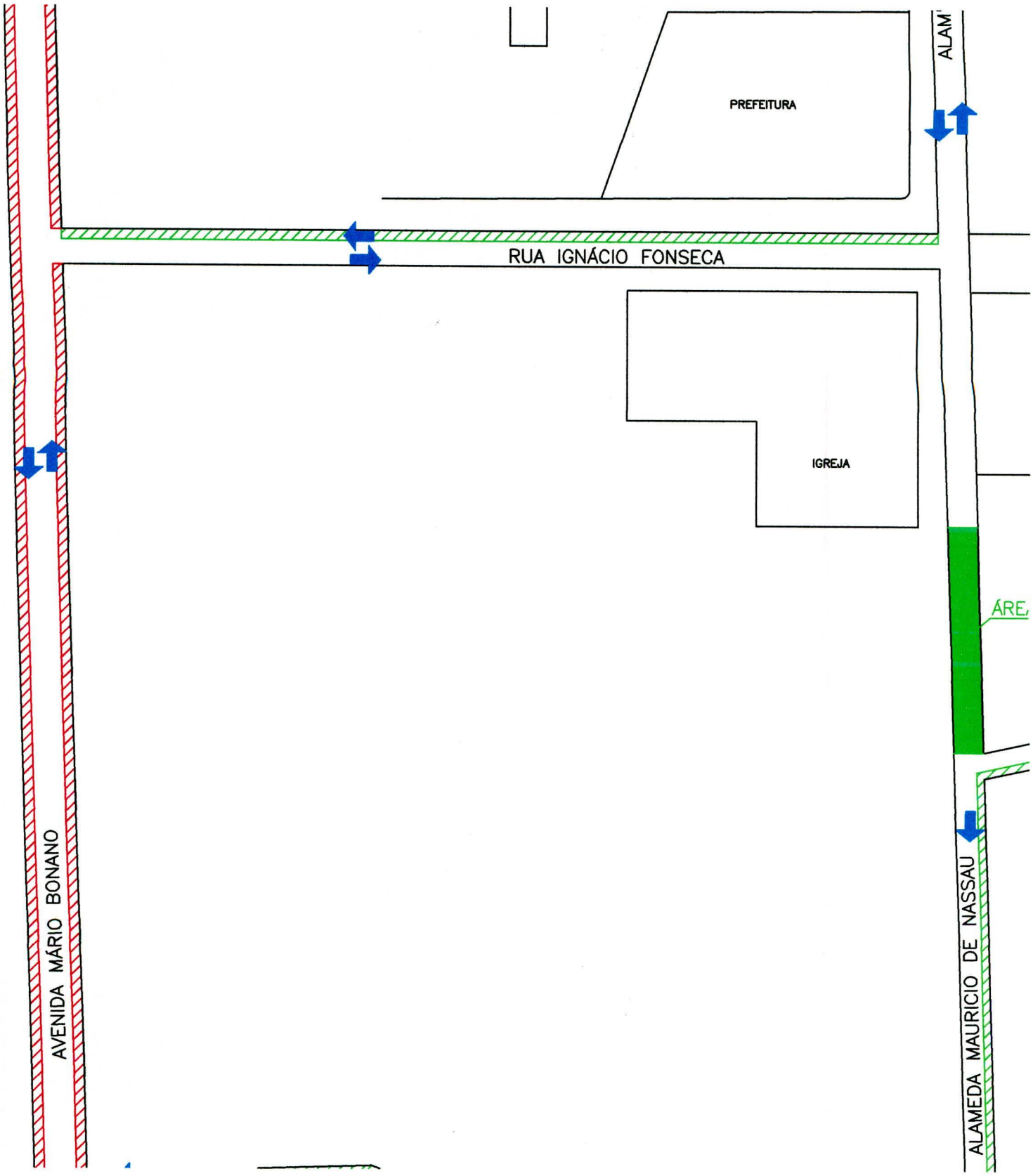
Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo



LEGENDA

- proibido estacionar
- proibido estacionar ônibus
- sentido do fluxo

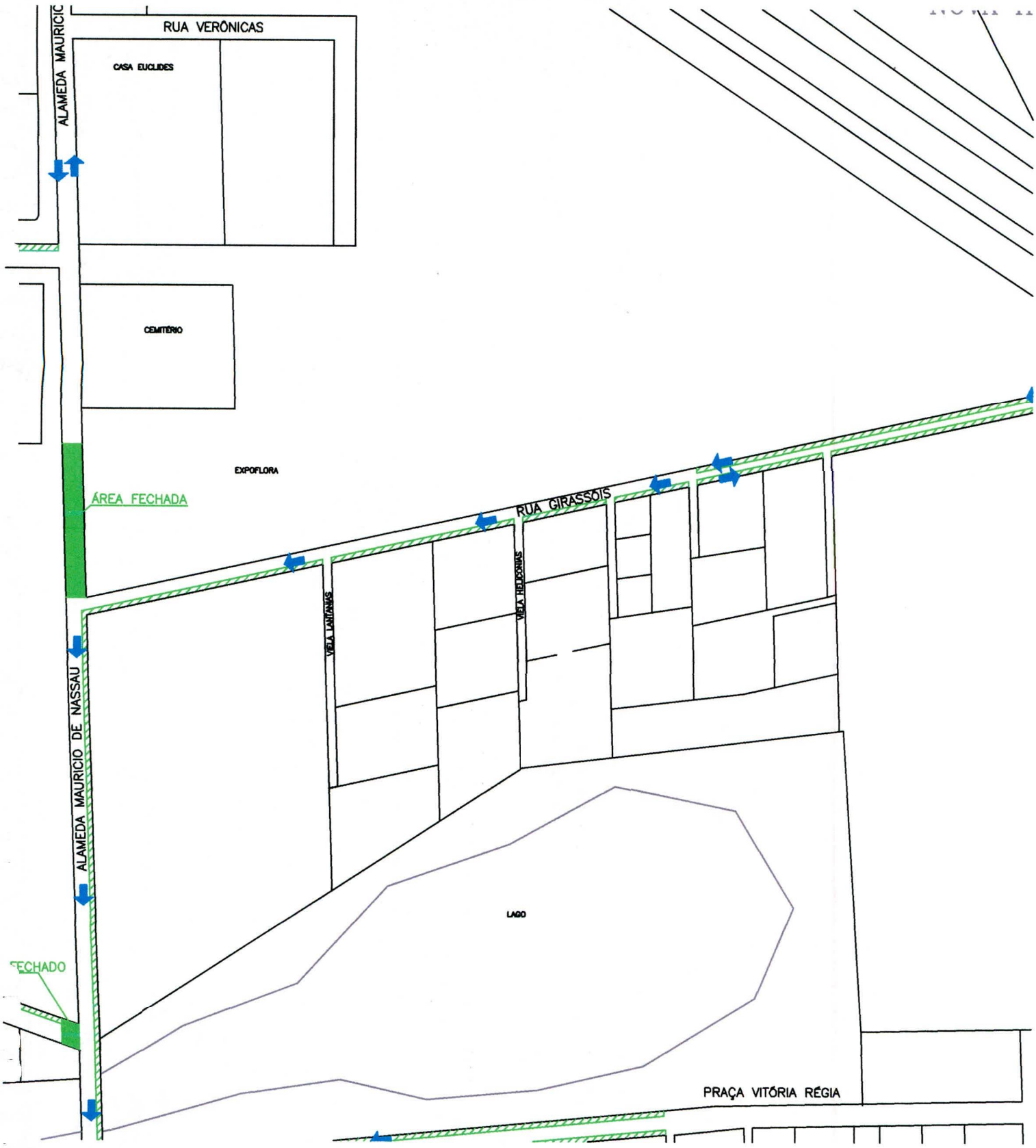


LEGENDA

proibido estacionar

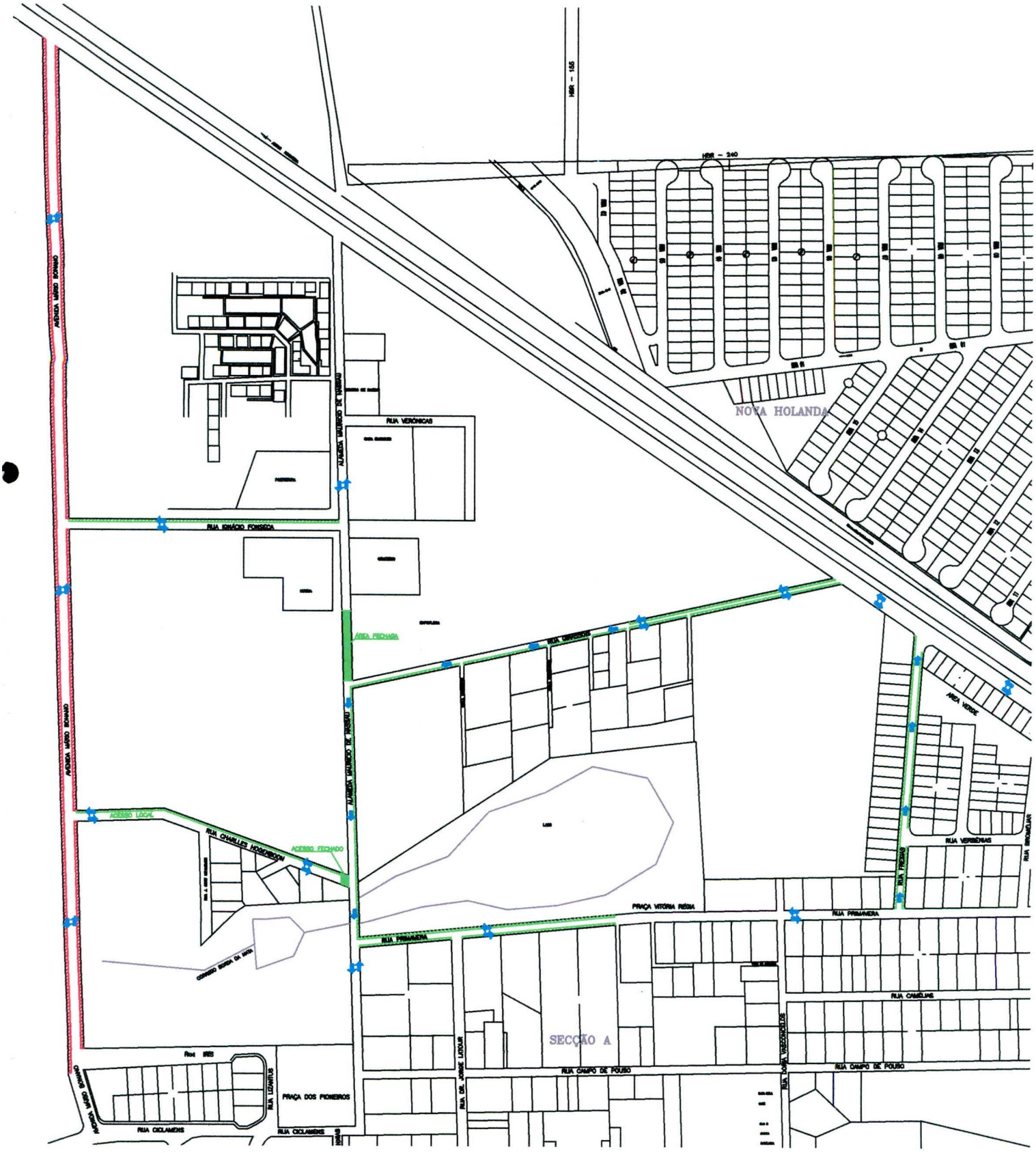
proibido estacionar ônibus

sentido do fluxo



LEGENDA

- proibido estacionar
- proibido estacionar ônibus
- sentido do fluxo



LEGENDA

proibido estacionar

proibido estacionar ônibus

sentido do fluxo

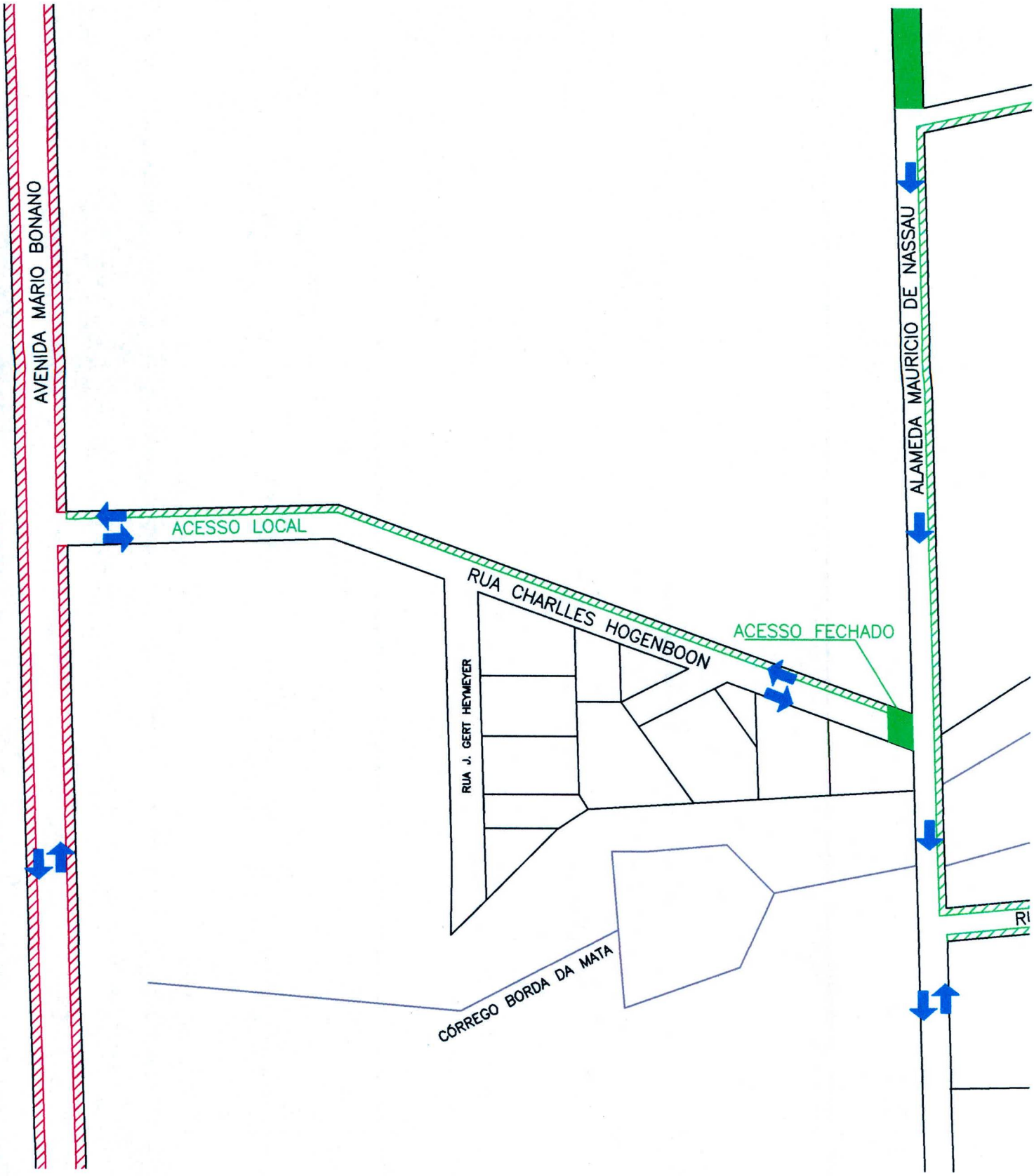


LEGENDA

proibido estacionar

proibido estacionar ônibus

sentido do fluxo



LEGENDA

- proibido estacionar
- proibido estacionar ônibus
- sentido do fluxo

DECRETO N.º 1098/2015

Reestrutura o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária municipal - GEMAT dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e

Art. 1º Fica reestruturado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I – Sergio Henrique Celegatti – matrícula 2581498;

II – Fernando Henrique da Silva - matrícula 13120;

III – Claudinei Felício Alves da Silva - matrícula 133;

IV – Simone Aparecida da Silva Campos - matrícula 121368;

V – Carlos Henrique Mazotti - matrícula 240803;

VI – Antonio Augusto Puggina - matrícula 2581838;

VII – Yuri Gabriel Pinheiro – matrícula 67;

Art. 2º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

a) Organização e gestão;
b) Legislação tributária;
c) Cadastros fiscais;
d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
e) Cobrança amigável e judiciária;

Continuação do Decreto n.º 1098/2015.

f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;
g) Anistias e isenções;
h) Estudos econômico-tributários;
i) Atendimento ao contribuinte;
j) Sistema e tecnologia de informação;
k) Relações intra e interinstitucionais;
l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 966 e 1005/2014.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Agosto de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.° 1099/2015.

"Outorga permissão de uso de áreas Municipais para a Cooperativa Pecuária de Holambrae dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 94, § 2°, da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra;

DECRETO:

Art. 1° Fica permitido o uso, pela **Cooperativa Pecuária de Holambra**, por prazo indeterminado e a titulo precário, para fins exclusivos de captação de água nas áreas do Município assim discriminadas:

a) O imóvel inicia junto ao ponto 4, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA e da área da Estação de Captação Superficial da Cooperativa Pecuária Holambra e descrito em planta anexa; daí segue confrontando com este último no azimute 134°35'06", em uma distância de 9,80m, até o ponto 3; daí deflete à esquerda e segue com azimute 46°42'38", em uma distância de 6,67m, até o ponto 2, cravado na divisa da área de Casa de Bomba da Cooperativa Pecuária Holambra e da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute 140°51'33", em uma distância de 16,18m, até o ponto p1; no azimute 142°58'23", em uma distância de 1,01m, até o ponto p2; no azimute 132°35'48", em uma distância de 8,05m, até o ponto p3; daí deflete à direita e segue no azimute 188°22'25", em uma distância de 1,74m, até o ponto p4; daí deflete à esquerda e segue no azimute 130°16'08", em uma distância de 7,00m, até o ponto p5; daí deflete à esquerda no azimute 44°59'38", em uma distância de 1,33m, até o ponto p6; daí deflete à direita no azimute 144°27'08", em uma distância de 2,27m, até o ponto p7; no azimute 159°48'29", em uma distância de 11,84m, até o ponto p8; daí deflete à direita no azimute 251°44'11", em uma distância de 16,37m, até o ponto p9; no azimute 251°28'31", em uma distância de 68,63m, até o ponto p10; daí deflete à direita no azimute 341°48'08", em uma distância de 2,76m, até o ponto p11; no azimute 337°13'53", em uma distância de 4,05m, até o ponto p12; no azimute 340°53'04", em uma distância de 29,29m, até o ponto p13; daí deflete à direita no azimute 58°18'39", em uma distância de 32,81m, até o ponto p14; no azimute de 58°38'57", na extensão de 28,92m, até o ponto 4, que serviu de partida e finda a presente descrição, fechando assim uma área de 3.426,43m².

b) O imóvel inicia junto ao ponto 1, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA e descrito em planta anexa; daí segue confrontando com este azimute 142°07'45",

Continuação do Decreto n.º 1099/2015.

em uma distância de 8,25m, até o ponto 2, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA e da área da ETA da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute 226°42'38", em uma distância de 6,67m, até o ponto 3; daí deflete à direita e segue no azimute 314°35'06", em uma distância de 9,80m, até o ponto 4, cravado na divisa da área da ETA da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA e da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute 58°10'51", na extensão de 7,98m, até o ponto 1, que serviu de partida e finda a presente descrição, fechando assim uma área de 65,40m².

Art. 2º A permissionária deverá firmar com a Municipalidade, termo de compromisso, onde serão descritas as minúcias da presente permissão, com anuência do SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA – SAEHOL, conforme minuta Anexa I, que é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação do Decreto n.º 1099/2015.

MINUTA – ANEXO I

TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E A COOPERATIVA PECUÁRIA DE HOLAMBRA, NA CONFORMIDADE DO DECRETO MUNICIPAL N.º 1099/2015.

Aos 31dias do mês de agosto do ano de 2015, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, com sede na Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, município de Holambra, Estado de São Paulo, representada por seu Prefeito, FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, casado, portador do RG n.° 17.664.396-3 e do CPF n.° 144.337.148-36, daqui por diante denominada simplesmente **PERMITENTE**, e de outro lado, a **COOPERATIVA PECUÁRIA HOLAMBRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 04831281/0001-85, neste ato representado por seu Presidente, EDUARDO LEONARDO BERNARDUS WALRAVENS, brasileiro, divorciado, portador do RG n° 14.109.994 SSP/SP e do CPF n° 055.790.178-20, doravante denominada simplesmente **PERMISSIONÁRIA,** presentes ainda as testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, resolvem celebrar o presente Termo de Permissão de Uso na conformidade do Decreto Municipal n.° 1099/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – Que a **PERMITENTE** detêm a propriedade dos seguintes imóveis:

I - O imóvel inicia junto ao ponto 4, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA e da área da Estação de Captação Superficial da Cooperativa Pecuária Holambra e descrito em planta anexa; daí segue confrontando com este último no azimute 134°35'06", em uma distância de 9,80m, até o ponto 3; daí deflete à esquerda e segue com azimute 46°42'38", em uma distância de 6,67m, até o ponto 2, cravado na divisa da área de Casa de Bomba da Cooperativa Pecuária Holambra e da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute 140°51'33", em uma distância de 16,18m, até o ponto p1; no azimute 142°58'23", em uma distância de 1,01m, até o ponto p2; no azimute 132°35'48", em uma distância de 8,05m, até o ponto p3; daí deflete à direita e segue no azimute 188°22'25", em uma distância de 1,74m, até o ponto p4; daí deflete à esquerda e segue no azimute 130°16'08", em uma distância de 7,00m, até o ponto p5; daí deflete à esquerda no azimute 44°59'38", em uma distância de 1,33m, até o ponto p6; daí deflete à direita no azimute 144°27'08", em uma distância de 2,27m, até o ponto p7; no azimute 159°48'29", em uma distância de 11,84m, até o ponto p8; daí deflete à direita no azimute 251°44'11", em uma distância de 16,37m, até o ponto p9; no azimute 251°28'31", em uma distância de 68,63m, até o ponto p10; daí deflete à direita no azimute 341°48'08", em uma distância de 2,76m, até o ponto p11; no azimute 337°13'53", em uma distância de 4,05m, até o ponto p12; no azimute 340°53'04", em uma distância de 29,29m, até o ponto p13; daí deflete à direita no azimute 58°18'39", em uma distância de 32,81m, até o ponto p14; no azimute de 58°38'57", na extensão de 28,92m, até o ponto 4, que serviu de partida e finda a presente descrição, fechando assim uma área de 3.426,43m².

II - O imóvel inicia junto ao ponto 1, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA e descrito em planta anexa; daí segue confrontando com este azimute 142°07'45", em uma distância de 8,25m, até o ponto 2, cravado na divisa da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA e da área da ETA da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute

Continuação do Decreto n.º 1099/2015.

226°42'38", em uma distância de 6,67m, até o ponto 3; daí deflete à direita e segue no azimute 314°35'06", em uma distância de 9,80m, até o ponto 4, cravado na divisa da área da ETA da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA e da área de EQUIPAMENTOS URBANOS da PREFEITURA MUNICIPAL de HOLAMBRA; daí deflete à direita e segue confrontando com este último no azimute 58°10'51", na extensão de 7,98m, até o ponto 1, que serviu de partida e finda a presente descrição, fechando assim uma área de 65,40m².

SEGUNDA – Que tendo em vista a autorização constante do Decreto Municipal n.º 1099/2015, a **PERMITENTE** permite, como de fato permitido tem, o uso dos imóveis mencionados na Cláusula Primeira, por prazo indeterminado à Cooperativa Pecuária Holambra, ficando a **PERMISSONÁRIA,** desde já autorizada a ocupá-lo em nome da **PERMITENTE**, para o fim específico de captação de água para regularização de outorga.

TERCEIRA - Que recebendo o imóvel pela presente permissão de uso, concedida a título precário e gratuito, a **PERMISSIONÁRIA**, a partir desta data, poderá ocupá-lo, sendo revogável a permissão no caso de desvio da finalidade estabelecida no item segundo, obrigando-se a **PERMISSIONÁRIA** a restituir o imóvel completamente livre e desimpedido, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da notificação que reclamar esta restituição, sem direito a qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por benfeitorias nele realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal.

QUARTA - Que, em decorrência desta permissão de uso, a **PERMISSIONÁRIA** se obriga ainda a:

a) utilizar o imóvel para o fim acima especificado, vedado seu uso para qualquer outra finalidade;
b) zelar pela guarda, limpeza e conservação do imóvel de forma a poder devolvê-lo a **PERMITENTE** nas mesmas condições em que ora lhe é entregue, providenciando, às suas expensas, quaisquer obras de manutenção que se tornem necessárias, dando conhecimento imediato à **PERMITENTE** de qualquer turbação de posse que porventura se verificar ou penhora que venha a recair sobre o imóvel;
c) efetuar o pagamento de eventuais impostos e taxas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, respondendo ainda por todas as exigências dos poderes públicos a que der causa, sendo obrigada a encaminhar à **PERMITENTE,** anualmente, os comprovantes dos respectivos pagamentos;
d) apresentar, para aprovação pelos órgãos competentes da **PERMITENTE**, os projetos e memoriais das edificações necessárias, os quais deverão atender às exigências legais, respondendo, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes de obras, serviços ou trabalhos que vier a realizar no imóvel.

QUINTA - Que a **PERMITENTE** se reserva o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente termo.

SEXTA - Que a violação pela **PERMISSIONÁRIA** das cláusulas ou condições aqui estabelecidas, acarretará a revogação de pleno direito da presente permissão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial.

Continuação do Decreto n.º 1099/2015.

SÉTIMA- Que a não restituição do imóvel pela **PERMISSIONÁRIA,** tanto nas hipóteses supracitadas como nas constantes da Cláusula Terceira, caracterizará esbulho possessório e ensejará a sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a liminar.

OITAVA – Assina também o presente termo o SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA – SAEHOL, na condição de **ANUENTE.**

NONA - Que fica eleito o Foro Distrital de Artur Nogueira, Comarca de Mogi Mirim/SP, para dirimir qualquer pendência originária da presente permissão.

Pela **PERMISSIONÁRIA,** por seu representante, me foi dito que aceitava esta permissão em todos os seus termos, cláusulas e condições. De como assim o disseram, foi lavrado o presente **TERMO,** em 02 (duas) vias de igual teor, as quais depois de lidas e achadas conformes, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas presenciais, abaixo qualificadas.

_____ _____

P/PERMITENTE **P/PERMISSIONÁRIA**

_____

SAHEOL – Serviço de Água, Esgoto e Drenagem Urbana de Holambra

ANUENTE

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
CPF:

2) _____
Nome:
CPF:

DECRETO N.º 1100/2015.

"Dá publicidade ao ATO NORMATIVO N.º 02/2015 da Superintendência do SAEHOL e adota outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO o que dispõemo art. 39, da Lei Federal nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO o protocolado administrativo sob. n.º 3337 de 03 de setembro de 2015.

DECRETO:

Art. 1º Fica dada publicidade ao ATO NORMATIVO Nº 02/2015 da Superintendência que Estabelece reajuste ordinário dos valores das Tarifas Operacional de Água (TOA), da Tarifa Operacional Esgoto (TOE) e dos Preços Públicos dos serviços prestados pelo SAEHOL no município da Estância Turística de Holambra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ATO NORMATIVO Nº 002/2015

"Estabelece reajuste ordinário dos valores das Tarifas Operacionalde Agua (TOA), da Tarifa Operacional Esgoto (TOE) e dos Preços Públicos dos serviços prestados pelo SAEHOL no município de Holambra e dá outras providências."

O PRESIDENTE SUPERINTENDENTE do SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA – SAEHOL, no uso de suas regulares atribuições e,

CONSIDERANDO,as premissas constantes na Lei Federal n° 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e no Decreto Federal n° 7.217, de 21 de junho de 2010, que estabeleceram e regulamentaram as diretrizes nacionais para o saneamento básico;

CONSIDERANDO, as disposições previstas na Lei Complementar Municipal n° 251, de 28 de dezembro de 2013, que tratam da criação e prestação dos serviços públicos de saneamento básico através do Serviço Municipal de Água e Esgoto e Drenagem Urbana de Holambra - SAEHOL;

CONSIDERANDO, as diretrizes estabelecidas através do Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado em 28 de dezembro de 2013, por meio da Lei Municipal nº 817/13;

CONSIDERANDO, as regras estabelecidas pelo Decreto Municipal n° 1.012, de 20 de novembro de 2014, que aprovou e consolidou o regulamento tarifário, de preços públicos e de penalidades dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO, a aprovação do Regulamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Holambra;

CONSIDERANDO, que é dever do Poder Público Municipal adequar às tarifas e preços públicos em conformidade com os custos dos insumos necessários para o atendimento adequado dos serviços públicos prestados, sob pena de inviabilizar tais serviços;

CONSIDERANDO, que os reajustes ordinários das tarifas e preços públicos ocorrerão em periodicidade anual, seguindo formula paramétrica estabelecida pelo SAEHOL, considerando a variação dos principais itens de incidência de custos no período, nos termos dos parágrafos §5º, 7º e 8º do artigo 3º do Decreto Municipal 1.012/2014.

CONSIDERANDO, o que consta do levantamento técnico promovido pela Diretoria de Serviços do SAEHOL.

CONSIDERANDO, que é competência dessa presidência a expedição de atos para a regulamentação das tarifas e serviços do SAEHOL;

RESOLVO

Art.1º. Proceder ao reajuste dos atuais valores das Tarifas Operacionais de Água (TOA) e das Tarifas Operacionais de Esgoto (TOE) praticadas pela prestadora de serviços de Água e Esgoto de Holambra, no âmbito do Município de Holambra, em 11,39% (onze inteiros e trinta e nove centésimos por cento), em todas as Categorias de Usuários e Faixas de Consumo, com base na formula paramétrica estabelecida no ANEXO II do presente ATO NORMATIVO.

Art. 2º. O reajuste dos atuais valores dos Preços Públicos dos demais serviços executados pelo SAEHOL, no âmbito do Município de Holambra, em 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento), com base na variação do IGPM/FGV (índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas) para o período;

Art. 3º. Fixar os novos valores das Tarifas Operacionais de Água (TOA) e das Tarifas Operacionais de Esgoto (TOE) e respectivos Preços Públicos, praticados pela prestadora de serviços de Água e Esgoto de Holambra, no âmbito do Município de Holambra, conforme apresentado nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 do ANEXO I, deste ATO NORMATIVO, respectivamente.

Parágrafo único. As Tabelas I, II, III e IV do RegulamentoTarifário, de Preços Públicos e Penalidades, Publicado pelo Decreto Municipal 1.012/2014, passa a vigorar com a redação estabelecida no Anexo I, do presente ATO NORMATIVO.

Art. 4º. Os novos valores das Tarifas e Preços Públicos a serem praticados pelo SAEHOL, no âmbito do Município de Holambra, entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação deste ATO NORMATIVO, conforme determina o art. 39, da Lei Federal n° 11.445/2007.

Art. 5º. Fica a Diretoria de Administração e Finanças incumbida de praticar os atos necessários ao atendimento do estabelecido no presente ato, inclusive da divulgação aos usuários.

Art. 6º. Este ATO NORMATIVO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estancia Turística de Holambra, aos 03 de setembro de 2015.

ANTONIO CARLOS BERNARDI JUNIOR

SUPERINTENDENTE DO SAEHOL

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ANEXO I
TABELA 1 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA EESGOTO

Categoria Residencial – Social		
Faixa de Consumo	**Valores em Reais**	**Unidade**
0 a 10	0,92	m^3

Categoria Residencial		
Faixa de Consumo	**Valores em Reais**	**Unidade**
0 a 10	1,84	m^3
11 a 15	1,95	m^3
16 a 20	2,06	m^3
21 a 30	2,23	m^3
31 a 40	2,39	m^3
41 a 1000	2,67	m^3

Categoria Comercial		
Subcategoria Particulares		
Faixa de Consumo	**Valores em Reais**	**Unidade**
0 a 10	3,70	m^3
11 a 15	3,90	m^3
16 a 20	4,12	m^3
21 a 30	4,46	m^3
31 a 40	4,79	m^3
41 a 1000	5,35	m^3
Subcategoria Poder Público		
Faixa de Consumo	**Valores em Reais**	**Unidade**
0 a 10	3,70	m^3
11 a 15	3,90	m^3
16 a 20	4,12	m^3
21 a 30	4,46	m^3
31 a 40	4,79	m^3
41 a 1000	5,35	m^3

Categoria Industrial		
Faixa de Consumo	**Valores em Reais**	**Unidade**
0 a 10	7,40	m^3
11 a 30	8,02	m^3
31 a 100	8,47	m^3
101 a 1000	9,36	m^3

Nota: A Tarifa Operacional de Esgoto (TOE) corresponderá, inicialmente, a 70% (setenta por cento) da Tarifa Operacional da Água (TOA), e será incrementada progressiva e paulatinamente conforme a evolução dos investimentos no sistema público de esgotamento sanitário, até chegar a 100% (cem por cento) da Tarifa Operacional da Água (TOA).

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ANEXO I
TABELA 2 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS

Tarifas – Água	
Tarifa de ligação de água	
Residencial	83,21
Comercial	163,33
Industrial	245,34
Tarifa de desligamento	
Desligamento no cavalete a pedido do usuário	42,62
Desligamento no ramal a pedido do usuário	150,90
Desligamento no cavalete a pedido do usuário com retirada de hidrômetro	80,78
Tarifa de religação	
Decorrente de corte no cavalete por falta de pagamento	42,62
Decorrente de corte no ramal por falta de pagamento	150,90
Decorrente de corte no cavalete por pedido do usuário	42,62
Decorrente de corte no ramal por pedido do usuário	150,90
Decorrente de corte no cavalete por pedido do usuário com colocação de hidrômetro	80,78
Tarifa de aferição de hidrômetro de até 1"	28,40
Tarifa de fornecimento de água m^3	8,96
Valor por km do transporte (ida/volta)	6,18
Tarifa de mudança de cavalete	
Residencial	83,21
Comercial	163,33
Industrial	245,34
Tarifa para ligação provisória e consumo mínimo de 15 dias (parques, circos, eventos)	893,85
Tarifa de regularização de cavalete	
Substituição de cavalete	41,61
Rebaixamento de cavalete	41,61
Giro de cavalete	41,61
Levantamento de cavalete	41,61
Instalação de ventosa	41,61

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ANEXO I
TABELA 3 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS

Tarifas – Esgoto	
Tarifa de ligação de esgoto	
Residencial	83,21
Comercial	163,33
Industrial	245,34
Tarifa de localização de esgoto	83,21
Tarifa para limpeza de fossa por viagem	152,48
Tarifa de instalação de válvula de retenção de esgoto	41,61

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ANEXO I
TABELA 4 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS

Tarifa de fornecimento de diretrizes	
Por lote	14,45
Por unidade habitacional	14,45
Para estabelecimento comercial/ industrial por m^2	0,07

Tarifa de visita técnica	72,23
Tarifa de visita	7,21

Tarifa de reparo de calçada	
Calçada de concreto m^2	14,45
Calçada de pedra portuguesa m^2	36,10
Calçada de grama (sem fornecimento de grama) m^2	7,21
Calçada de piso (sem fornecimento do piso) m^2	14,45

Tarifa para reposição de asfalto m^2	111,46

Tarifa para encaminhamento de conta para endereço diverso da ligação	11,00

Multa por violação de lacre	
Residencial	296,99
Comercial	742,29
Industrial	1113,40

Multa por consentir retirada de água do prédio para outros fins	532,60

Multa por ligação de água pluvial na rede de esgotos	903,54

Multa por ligação irregular/ Adulteração de hidrômetro	
Residencial	719,79
Comercial	1960,14
Industrial	2940,21

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

ANEXOII

FORMULA PARAMÉTRICA DE REAJUSTE

IR = 0,50 * INCC + 0,20 * TE + 0,16 * ICC + 0,14 * IGPM

Onde:

IR = Percentual de reajuste da tarifa

II = Incidência de investimentos, fixados em 50%

IE = Incidência de energia nos custos dos serviços, fixados em 20%

IMO = Incidência de mão de obra nos custos dos serviços, fixados em 16%

IO = Incidência de demais insumos, fixados em 14%

INCC = Variação percentual do Índice Nacional do Custo de Construção, publicado pela Fundação Getúlio

TE = Índice de reajuste da energia elétrica da Concessionária de Energia da região de Holambra

ICC = Índice de mão de obra (coluna 56) publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, correspondente ao segundo mês anterior ao da alteração tarifária.

IGPM = Variação percentual do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.° 1101/2015.

"Dispõe sobre o uso do estacionamento de professores e diretores da Escola Parque dos Ipês e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO a transferência temporária do Período Integral para a Escola Parque dos Ipês,

DECRETO:

Art. 1° Fica autorizado o uso do local de estacionamento de professores e diretores da Escola Parque dos Ipês para atividades com monitores dos alunos do Período Integral.

Art. 2° Fica proibido o estacionamento de veículos nas dependências da Escola Parque dos Ipês, exceto para:

I – os veículos do Departamento de Educação;
II – os veículos de particulares, quando em uso para atividades da Diretoria de Educação;
III – para carga e descarga.

Art. 3° Os monitores deverão cuidar para que não haja dano algum nos veículos estacionados no estacionamento da Escola Parque dos Ipês.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1106/2015

"Da nova redação a ementa e acrescenta artigo 1º-A ao Decreto n.º 1.008 de 10 de novembro de 2014, e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, ainda;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 1.008/2014, dispõe sobre a atualização de valores do mapa da planta genérica para o exercício 2015;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 246/2013, em seu artigo 5º, §5º prevê a atualização de valores constantes da tabela – anexo I da COSIP, pelo mesmo índice e forma aplicados aos créditos tributários do Município;

DECRETO:

Art. 1º Fica altera a ementa do Decreto n.º 1.008/2014, com a seguinte redação.

> **"Dispõe sobre a atualização de valores do Mapa da Planta Genérica e da Tabela – Anexo I, da Lei Complementar nº 246/2013, para o Exercício de 2015"**

Art. 2º Fica o Decreto n.º 1.008/2014, acrescido do seguinte artigo 1º-A.

> **Art. 1º-A** - Ficam atualizados os valores da Tabela - Anexo I da Lei Complementar nº 246/2013, para o Exercício de 2015, devendo sobre os mesmos ser aplicada a variação inflacionária correspondente a 6,58% (seis inteiros e cinqüenta e oito centésimos percentuais), para efeito a partir da publicação da alteração da presente norma, conforme tabela anexa, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Setembro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação do Decreto n.º 1106/2015.

ANEXO I
(art. 5º - Lei Complementar n.º 246/2013)

TABELA

Classe / Consumo (kW/h)		Valor Fixo Mensal (R$)
Baixa Renda		0,00
Residencial	31 - 50	5,33
	51 - 80	7,46
	81 - 140	9,59
	141 - 200	11,72
	201 - 300	13,85
	301 - 400	15,98
	401 - 500	23,45
	501 - 1000	26,64
	> 1000	29,84
Industrial	Até 100	15,98
	101 - 200	26,64
	201 - 400	37,30
	401 - 600	74,60
	601 - 1000	106,58
	> 1000	213,16
Comercial	Até 100	15,98
	101 - 200	31,97
	201 - 400	53,29
	401 - 600	74,60
	601 - 1000	95,92
	> 1000	127,90
Rural		10,66
Entes e Órgãos Públicos		106,58
Imóveis não edificados		R$ 10,66

DECRETO N.º 1104/2015.

Dispõe sobre permissão de uso bem público a titulo não oneroso e precário para o MEI Marcelo Ruggeri Metzger e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 94 § 2º da Lei Orgânica do Município de Holambra;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as atividades esportivas e de lazer desenvolvidas sobre o espelho d'água da lagoa da Praça Vitória Régia;

CONSIDERANDO que a necessidade de fomentar a produtividade turística de Holambra;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONAMA n.º 357/2005 que estabelece critérios de classificação das águas doces, salobras e salinas;

CONSIDERANDO os estudos desenvolvidos pelo SAEHOL quanto à qualidade das águas do lago da Praça Vitória Régia;

DECRETO:

Art. 1º Fica outorgado à empresa **WATERBALL 'N LAKE**, representada por **MARCELO RUGGERI METZGER**, empresário individual, inscrito no CNPJ sob nº 23.127.291/0001-89, com sede à Rua Girassóis, nº 70, sala 02, Centro, município de Holambra - SP, permissão de uso de parte da Praça Vitória Régia, à Rua Primavera, altura do número 857, Centro.

Parágrafo único – A permissão será dada para o fim especifico de desenvolvimento de atividades recreativas com o uso de equipamento aquático inflável de grande porte denominado "Water Ball".

Art. 2º A presente permissão se faz em caráter não onerosa, discricionária, precária, de forma exclusiva para os fins propostos, intransferível e por tempo indeterminado, devendo atender obrigatoriamente a finalidade prevista no artigo primeiro em todos os seus termos.

Art. 3º A permissão de uso não se submete ao regime de contratos administrativos.

Art. 4º O permissionário enquanto usar do bem outorgado no presente decreto deverá responder por todos os danos causados, que venham causar ou permitir, por si ou seus prepostos, em detrimento dos bens públicos ou a terceiros.

Art. 5º A presente permissão fica condicionada a Termo de Responsabilidade Ambiental e Cível, assinado para fins de expedição de Alvará.

Continuação do Decreto n.º 1104/2015.

Art. 6º O permissionário deverá manter preços diferenciados de 50% de desconto para os munícipes inscritos no Cartão Cidadão, nos eventos estabelecidos pelo Município.

Art. 7º O Município poderá firmar termo de cooperação sem qualquer ônus ao erário, desde que atendido aos requisitos do presente decreto, e para fins de viabilizar o desenvolvimento dos objetivos que embasam a presente permissão.

Art. 8º A permissionária arcará com todas as despesas necessárias a manutenção do bem objeto da presente permissão pelo prazo que durar, dentro dos horários limitados a sua destinação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1105/2015

Dispõe sobre a regulamentação do acesso a informações previsto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e, ainda;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos na forma especificada em seu Artigo 5º, incisos XIV e XXXIII;

CONSIDERANDO o § 2º, do Artigo 216 da Constituição Federal, o qual dispõe que cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no inciso II, do § 3º, do Artigo 37 da Carta Magna, o qual reza que a lei deve disciplinar as formas de participação do usuário na Administração Pública Direta e Indireta, regulando especialmente o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observando o disposto no Artigo 5º, incisos X e XXXIII;

CONSIDERANDO, finalmente, que o Governo Federal sancionou a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata da regulamentação do acesso a informações previstas nos dispositivos constitucionais citados acima,

DECRETO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este decreto regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei Federal nº 12.527/11.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados: dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 5º Sujeitam-se ao disposto neste decreto os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as

sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município da Estância Turística de Holambra.

Art. 6º O acesso à informação disciplinado neste decreto não se aplica às:

I - hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 1º, do Artigo 7º, da Lei Federal nº 12.527/11.

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 7º É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observando o disposto nos Artigos 7º e 8ºda Lei Federal nº 12.527/11.

§ 1º - Os órgãos e entidades deverão implantar em seus sítios na Internet seções específicas para a divulgação das informações de que trata o *caput*.

§ 2º - Deverão ser divulgadas, nas seções específicas de que trata o parágrafo anterior, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - registros das despesas;

V - licitações em andamento, inclusive os respectivos editais, anexos e resultados, bem como todos os contratos firmados a partir da entrada em vigor deste decreto;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo e emprego público, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do Artigo 40, da Lei Federal nº 12.527/11.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

§ 3º - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 4º - A divulgação das informações previstas no § 2º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 8º Os sítios na Internet dos órgãos e entidades deverãoatender aos seguintes requisitos, entre outros:

I - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

II - garantir autenticidade, integridade e atualidade das informações disponíveis para acesso;

III - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.

CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA
Seção I
Da competência

Art. 9º Compete ao Setor de Comunicação:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

IV - encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

V - controlar o cumprimento dos prazos a que se refere este decreto;

VI - encaminhar a resposta fornecida pela unidade responsável, quando couber, ao requerente.

Seção II
Do pedido de acesso à informação

Art. 10 Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meioeletrônico e físico, no sítio na Internet e no Setor de Comunicação.

§ 2º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao setor competente.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Art. 11 O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;
II - número de documento de identificação válido;
III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento decomunicações ou da informação requerida.

Art. 12 Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;
II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação dedados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja decompetência do órgão ou entidade.
IV – que tenham caráter sigiloso na forma da lei.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, deste artigo, o órgão ou entidadedeverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir dasquais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 13 São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso àinformação.

Seção III
Do procedimento de acesso à informação

Art. 14 Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, noprazo de até 20 (vinte) dias:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuarreprodução ou obter certidão relativa à informação;
III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de suaexistência;
IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pelainformação ou que a detenha; ou
V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grandevolume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regulartramitação, será adotada a medida prevista no inciso II, do § 1º, deste artigo.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou dodocumento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, oudisponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o parágrafo anterior, orequerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, areprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 15 O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias,mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte)dias.

Art. 16 Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso,eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar orequerente quanto ao local, data e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 17 Quando o fornecimento da informação implicar reprodução dedocumentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará aorequerente guia de recolhimento ou documento equivalente, para pagamento dos custos dosserviços e dos materiais utilizados.

Art. 18 Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, noprazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que oapreciará; e

III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação,quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º - As razões de negativa de acesso à informação classificada indicarão ofundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação dodocumento classificado.

§ 2º - Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentaçãode recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 19 O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizadoscomo fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir daedição do ato ou decisão.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Seção IV
Dos recursos

Art. 20 No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento dasrazões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso ordinário no prazo de 10(dez) dias, contado da ciência da decisão, ao Departamento Jurídico, que deverá apreciá-lo noprazo de 05 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

Art. 21 No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, orequerente poderá apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias ao Departamento Jurídico, quedeverá se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará 30 (trinta) diasapós a apresentação do pedido.

Art. 22 Desprovido o recurso de que trata o Artigo 20 ou infrutífera a reclamação deque trata o Artigo 21 deste decreto, poderá o requerente apresentar recurso extraordinário no prazode 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à Comissão Mista de Julgamento de Recursos deAcesso à Informação, que deverá se manifestar na primeira reunião ordinária subseqüente ao recebimento do recurso.

§ 1º - A Comissão poderá determinar que o órgão ou entidade presteesclarecimentos.

§ 2º - Provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.

CAPÍTULO V
DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS E SIGILOSAS

Art. 23 As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra eimagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - terão acessos restritos a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a quese referirem; e

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsãolegal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ouascendentes, conforme o disposto no parágrafo único, do Artigo 20, da Lei Federal n° 10.406, de 10de janeiro de 2002, e na Lei Federal n° 9.278, de 10 de maio de 1996.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Art. 24 O tratamento das informações pessoais deve ser feito de formatransparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem comoàs liberdades e garantias individuais.

Art. 25 O consentimento referido no inciso II, do Artigo 23, deste decreto, não seráexigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física oulegalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interessepúblico ou geral, prevista em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 26 A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o Artigo 23 não poderá ser invocada:

I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzidopelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou

II - quando as informações pessoais estiverem contidas em conjuntos dedocumentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 27 O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentosprevistos neste decreto e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II, do Artigo 23, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no Artigo 26;

III - demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maiorrelevância; ou

IV - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesados direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 28 O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado àassinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º - A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e àdestinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneiradiversa.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros seráresponsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 29 Aplica-se, no que couber, a Lei Federal n° 9.507, de 12 de novembro de1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 30 As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitoshumanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão serobjeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 31 Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicialou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem aexistência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 32 O disposto na Lei Federal n° 12.527/11 e neste decreto não exclui asdemais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrialdecorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo município da Estância Turística de Holambra ou porpessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Art. 33 O acesso permanece restrito às informações que tratam do sigilo fiscal, bancário, patrimonial, médico, profissional, comercial, de correspondência e das comunicaçõestelegráficas e de dados e das comunicações telefônicas, conforme legislação de regência.

Art. 34 São passíveis de sigilo as informações consideradas imprescindíveis àsaúde e à segurança da população.

Art. 35 As informações de processos de trabalho que comprometam atividades deinteligência, de negociação, de investigação, de fiscalização em andamento ou de atividadesrelacionadas com prevenção ou repressão de infrações têm seu acesso público temporariamenterestrito, podendo ser disponibilizadas a partir de sua conclusão.

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Art. 36 Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser elaparcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de vista, de extrato oude cópia com ocultação da parte sob sigilo.

CAPITULO VI
DA COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO ÀINFORMAÇÃO

Art. 37 Fica instituída a Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo representante do Departamento Jurídico e contará com membros indicados pelos seguintes órgãos:

I - um titular e um suplente do Departamento Administrativo;
II - um titular e um suplente do Departamento de Finanças e Contabilidade; e
II - um titular e um suplente do Gabinete.

Art. 38 A Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação sereunirá, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente.

§ 1º - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 2º - O Presidente da Comissão poderá exercer, além do voto ordinário, o voto dequalidade para desempate.

Art. 39 A Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informaçãodeverá apreciar os recursos previstos no Artigo 22, impreterivelmente, até a primeira reuniãoordinária subsequente à data de sua autuação.

Parágrafo único. Provido o recurso, a Comissão deverá:

I - comunicar ao Setor de Comunicação o teor da decisão; e
II - determinar ao servidor responsável pela informação que adote, no prazo de 15(quinze) dias, as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei Federal n°12.527/11 e neste decreto.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI
Seção I
Da autoridade de monitoramento

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

Art. 40 Compete ao Setor de Comunicação exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Federal n° 12.527/11;

II - avaliar e monitorar a implantação do disposto neste decreto e apresentar aodirigente máximo de cada órgão ou entidade relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Gabinete do Prefeito;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessáriosà implantação deste decreto;

IV - orientar os órgãos e entidades no que se refere ao cumprimento destedecreto, e

V - manifestar-se sobre recurso ordinário e reclamação apresentada contraomissão de autoridade competente, observado o disposto nos Artigos 20 e 21, deste decreto.

Seção II
Das competências relativas ao monitoramento

Art. 41 Cabe ao Setor de Comunicação, observadas as competências dos demaisórgãos e entidades e as previsões específicas neste decreto:

I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, queestará à disposição no sítio na Internet e no Setor de Comunicação;

II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura datransparência na Administração Pública e conscientização sobre o direito fundamental de acessoà informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitaçãodas entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticasrelacionadas à transparência na Administração Pública;

IV - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei Federal n° 12.527/11, a ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito;

V - monitorar a aplicação da Lei Federal n° 12.527/11 e deste decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos;

VI - definir, em conjunto com o Departamento Jurídico, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei Federal n°12.527/11; e

VII - prestar e atualizar as informações previstas nos incisos VI e VII, do § 2º, do Artigo 7º deste decreto.

Art. 42 Compete ao Departamento Jurídico, observadas ascompetências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste decreto, por meio de resolução:

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

I - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações aopúblico, fixando prazo máximo paraatualização; e

II - prestar e atualizar as informações previstas nos incisos I, III, IV e V, do § 2º, do Artigo 7º deste decreto.

Art. 43 Os prazos de que trata este decreto computar-se-ão excluindo-se o dia docomeço e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º - Os prazos somente começam a correr no primeiro dia útil após o recebimentoda solicitação ou da interposição de recurso

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cairem feriado, final de semana ou em dia em que não houver expediente na Prefeitura da Estância Turística de Holambra e nas entidades da Administração Pública Indireta.

Art. 44 Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite earquivamento de documentos e informações.

Art. 45 A divulgação das informações de que trata o Artigo 7º terá início no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste decreto.

Art. 46 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1102/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1°, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 806.253,34** (Oitocentos e Seis Mil, Duzentos e Cinqüenta e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam suplementadas, na importância total de **R$ 336.336,11** (Trezentos e Trinta e Seis Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais e Onze Centavos), através do excesso de arrecadação transferido do Governo Estadual e Federal, as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de Setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1102 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 - LEI N.847

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:

Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 1.142.589,45 distribuídos as seguintes dotações:

02	03	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
32		04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	24.400,00
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 01 00
		01	TESOURO	
		110 000	GERAL	
36		04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	150.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 01 00
		01	TESOURO	
		110 000	GERAL	
02	05	03	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
85		12.361.0004.2006.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO	52.000,00
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 01 00
		01	TESOURO	
		220 000	ENSINO FUNDAMENTAL	
02	05	07	MERENDA ESCOLAR	
122		12.306.0018.2033.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	40.900,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 05 00
		05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
		200 201	FNDE - PNAE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
02	06	01	DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO	
135		23.695.0033.2015.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	7.500,00
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 01 00
		01	TESOURO	
		110 000	GERAL	

DECRETO Nº 1102 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 07 01	DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
144	15.451.0017.2017.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA E		7.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
458	15.451.0017.1093.0000	CONSTRUÇÃO, DESAPROPRIAÇÃO, REFORMA E		52.882,57
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	110 000	GERAL		
02 07 04	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS			
188	15.451.0026.2019.0000	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS		44.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
02 09 01	DIVISAO DE SAUDE			
212	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE		501.353,34
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	300 000	SAÚDE		
467	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE		64.036,91
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	300 000	SAÚDE		
470	10.305.0009.2051.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		41.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	300 321	AGEMCAMP - COMBANTE A DENGUE		
471	10.305.0009.2051.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		46.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	300 321	AGEMCAMP - COMBANTE A DENGUE		
472	10.305.0009.2051.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		1.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
	300 321	AGEMCAMP - COMBANTE A DENGUE		

DECRETO Nº 1102 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

473	13.392.0029.2013.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	70.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	100 180	REVIRADA CULTURAL - AGEMCAMP	

02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

446	17.512.0012.2018.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO	20.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 16 02 CONVÊNIO PROJETO ESPORTE SOCIAL

421	27.812.0032.2014.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	516,63
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 055	CONV. PROJ ESPORTE SOCIAL	

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

379	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	15.000,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

383	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	5.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **336.336,11**

Fontes de Recurso	
01 00	20.000,00
02 00	117.436,11
02 81	158.000,00
05 00	40.900,00

Anulação:

02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1102 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 14 01	DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
341	16.482.0017.1106.0000	Construção de Obras de Acessibilidade		-300.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	100 154	FEDERAL - OBRAS ACESSIBILIDADE		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HOLAMBRA, 04 de setembro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1102 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

13	04.122.0019.2002.0000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS	-81.400,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 04 01 DIVISÃO DE FINANÇAS

41	04.123.0003.2005.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	-15.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

160	15.451.0017.1133.0000	Calçada e Ciclovia na Rua Van Aken	-250.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	100 162	CALÇADA E CICLOVIA RUA VAN AKEN	
162	15.451.0017.1137.0000	Recapeamento dos Bairros Ypês e Flamboyant	-50.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	100 163	RECAPE BAIRROS YPÊS E FLAMBOYANT	

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

205	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE	-7.500,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	310 000	SAÚDE-GERAL	

02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS

291	08.244.0011.1095.0000	Construção do CRAS	-51.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	500 506	CONSTRUÇÃO DO CRAS	

02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE

340	16.482.0017.1106.0000	Construção de Obras de Acessibilidade	-51.353,34
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	100 155	ESTADO- OBRAS ACESSIBILIDADE	

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1103/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 1.710.435,66** (Um Milhão, Setecentos e Dez Mil, Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de Setembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
HOLAMBRA, 04 de setembro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 01 01 GABINETE DO PREFEITO			
Ficha:	17	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.36.00	GABINETE DO PREFEITO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA			
Ficha:	25	02.062.0020.2003.0000 3.3.90.36.00	JURÍDICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.487,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL			
Ficha:	61	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Ficha:	84	12.361.0004.2006.0000 3.1.90.11.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
Ficha:	87	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Ficha:	89	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 06 FUNDEB -40% -OUTRAS DESPESAS			
Ficha:	118	12.365.0014.2011.0000 3.3.90.49.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE AUXÍLIO TRANSPORTE	2.400,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
Ficha:	144	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
Ficha:	164	15.451.0017.2017.0000 3.1.90.11.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
Ficha:	167	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	212	10.301.0009.2023.0000 3.3.71.70.00	SAÚDE PARA TODOS RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	898.646,66
Ficha:	213	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	190.000,00

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	216	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	4.802,00
Ficha:	217	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.36.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
Ficha:	221	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.46.00	SAÚDE PARA TODOS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	26.400,00
Ficha:	236	10.304.0009.2051.0000 3.1.91.13.00	SAÚDE PARA TODOS OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	6.300,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 10 01 GUARDA MUNICIPAL			
Ficha:	255	06.181.0010.2024.0000 3.3.90.30.00	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Ficha:	259	06.181.0010.2024.0000 3.3.90.49.00	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO AUXÍLIO TRANSPORTE	7.400,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS			
Ficha:	280	08.244.0011.2026.0000 3.1.90.11.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS			
Ficha:	292	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Ficha:	294	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
Ficha:	417	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 03 MANUTENÇÃO DO IGD BOLSA FAMILIA			
Ficha:	296	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	307	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.31.00	PROMOÇÃO CULTURAL PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,	300,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	314	17.512.0012.1135.0000 4.4.90.51.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OBRAS E INSTALAÇÕES	13.200,00
Ficha:	438	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.52.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

Ficha:	381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
Ficha:	382	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.36.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.710.435,66

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

Ficha:	13	04.122.0019.2002.0000	GABINETE DO PREFEITO	-5.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA

Ficha:	27	02.062.0020.2003.0000	JURÍDICO	-3.487,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL

Ficha:	57	12.365.0014.1124.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE	-10.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha:	77	12.361.0004.1091.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL	-280.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 06 FUNDEB -40% -OUTRAS DESPESAS

Ficha:	115	12.365.0014.2011.0000	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE	-2.400,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Ficha:	149	15.451.0017.1112.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-130.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	169	15.451.0017.2017.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-20.000,00
		3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

Ficha:	201	10.301.0009.1140.0000	SAÚDE PARA TODOS	-148.646,66
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	202	10.301.0009.1140.0000	SAÚDE PARA TODOS	-250.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	203	10.301.0009.1141.0000	SAÚDE PARA TODOS	-200.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	204	10.301.0009.1142.0000	SAÚDE PARA TODOS	-300.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	205	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-128.700,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha:	209	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-100.000,00
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	

DECRETO Nº 1103 , DE 04 DE setembro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 09 01	DIVISAO DE SAUDE		
Ficha:	220	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-4.802,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 10 01	GUARDA MUNICIPAL		
Ficha:	252	06.181.0010.2024.0000	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO	-57.400,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 11 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS		
Ficha:	273	08.243.0011.2027.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-1.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 11 02	MANUTENÇÃO DO CRAS		
Ficha:	291	08.244.0011.1095.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-10.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	293	08.244.0011.2026.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-27.000,00
		3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 11 03	MANUTENÇÃO DO IGD BOLSA FAMILIA		
Ficha:	297	08.244.0011.2026.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-1.000,00
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 12 01	DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS		
Ficha:	303	13.392.0029.2013.0000	PROMOÇÃO CULTURAL	-300,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 13 01	DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL		
Ficha:	456	17.512.0012.2018.0000	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	-28.200,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 17 00	DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS		
Ficha:	378	20.452.0013.2021.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-2.500,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	TOTAL DAS ANULAÇÕES			-1.710.435,66

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1107/2015

"Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais, relativo ao dia que especifica e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; e ainda,

CONSIDERANDO que a medida visa preservar o direito à folga que é concedido ao servidor público normalmente;

CONSIDERANDO o dever de manifestar os agradecimentos e cumprimentos aos Servidores Públicos que não medem esforços para cumprirem suas tarefas no dia-a-dia.

CONSIDERANDO que a transferência das comemorações do "Dia do Funcionário Público" para o dia 26 de outubro se revela conveniente para o servidor público e para a Administração Municipal;

CONSIDERANDO que no dia 27 de outubro de 2015 é feriado municipal em comemoração o aniversário de Emancipação Política do Município, conforme Lei Municipal N.º 860/2015.

DECRETO:

Art. 1° O expediente do dia 28 de outubro de 2015 (quarta-feira) nas repartições públicas municipais pertencentes à Administração Direta e Autarquias será normal, ficando, em substituição, o ponto facultativo no expediente do dia 26 de outubro de 2015 (segunda-feira), em comemoração ao dia do ***FUNCIONÁRIO PÚBLICO***.

Parágrafo Único - O disposto no artigo 1° não se aplica aos Serviços de Limpeza Pública, Pronto Socorro (Policlínica Central), Guarda Municipal, Agentes de Trânsito, Cemitério, Creches e Autarquias.

Art. 2° As Autarquias poderão utilizar-se do Ponto Facultativo desde que determinados pelos dirigentes dos respectivos entes municipais.

Art. 3° Caberá às autoridades competentes de cada, Ente, Departamento e Órgão da Administração fiscalizar e determinar o cumprimento das disposições deste decreto, de modo que não prejudique a prestação dos serviços públicos essenciais.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1110/2015.

Estabelece Continuidade da Cessão de Bem Móvel que Especifica ao Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento – CONSAB e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, especialmente, pelo disposto no inciso VII, do art. 62, da LOM e parágrafo 3º, art. 4º, da Lei Ordinária n.º 11.107/05, e, ainda:

CONSIDERANDO que, o CONSAB é consórcio responsável pela coleta e remoção de lixo do Município da Estância Turística de Holambra estabelecendo seu Estatuto/Contrato de Consórcio a gestão associada dos serviços se saneamento;

CONSIDERANDO que, em função da gestão associada dos serviços de saneamento através do Consab, o Município não utilizará o caminhão coletor compactador de lixo;

CONSIDERANDO que, há interesse do CONSAB na continuidade da cessão onerosa do caminhão coletor compactador de lixo, pelo valor de uma retribuição mensal de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), conforme avaliações de mercado junto ao processo administrativo protocolado sob n.º 2389/2014 e e-mail recebido em 06/10/2015; e,

CONSIDERANDO finalmente que os arrazoados ora explanados corroboram o interesse público, porquanto, presentes razões que justificam de sobejo tal iniciativa.

D E C R E T O:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal cede ao Consab de forma onerosa o caminhão coletor compactador de lixo com capacidade de 10 m3: placa FSD 5689, chassi n.º 93ZA1FDOOE8562475 até a data 05 de Dezembro de 2015, com ônus ao Consab, que pagará mensalmente o valor de R$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), todo dia 10 de cada mês.

Art. 2º. O Consab ficará responsável pela manutenção do caminhão, bem como, arcará com a indenização de eventuais danos causados ao veículo, pagamento de multas de trânsitos, licenciamento e IPVA até termino da cessão.

Continuação do Decreto n.º 1110/2015.

Art. 3º. A cessão prevista no presente Decreto terá o prazo máximo de 06 (seis) meses, iniciando em 05/06/2015 a 05/12/2015, devendo ser firmado novo termo em caso de nova cessão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05/06/2015.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1112/2015.

"Revalida o Decreto n.º 1016, de 25 de novembro de 2.014 e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto n.º 1016, de 25 de novembro de 2014, que aprovou o projeto de Loteamento denominado CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL MINHA CASA MINHA VIDA DO GOVERNO FEDERAL "RESIDENCIAL VAN DEN BROEK";

CONSIDERANDO que em decorrência de dificuldades enfrentadas para efetuação do competente registro em cartório;

DECRETO:-

Art. 1º Fica revalidado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para registro das hipotecas das garantias previstas no item II do Artigo 2º do Decreto 1016/2014, conforme *caput* do Artigo 18, da Lei Federal 6.766/79, cujos encargos, inclusive tributários e com registro, correrão às expensas únicas e exclusivas do proprietário do Loteamento, sem quaisquer ônus à municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1108/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 607.600,00** (Seiscentos e Sete Mil, Seiscentos Reais), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam suplementadas, na importância total de **R$ 212.259,33** (Duzentos e Doze Mil, Duzentos e Cinqüenta e Nove Reais e Trinta e Três Centavos), através do excesso de arrecadação transferido do Governo Estadual e Federal, as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1108 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 - LEI N.847

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:

Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 819.859,33 distribuidos as seguintes dotações:

02 03 01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
31	04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		200.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
36	04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		120.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
37	04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		6.000,00
	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		
02 05 07	MERENDA ESCOLAR			
122	12.306.0018.2033.0000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		150.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	200 201	FNDE - PNAE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
02 05 09	TRANSPORTE ESCOLAR			
129	12.361.0004.2006.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO		213.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	220 000	ENSINO FUNDAMENTAL		
02 08 01	DIVISÃO DE TRANSPORTE			
195	26.782.0008.2022.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE		5.500,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		

DECRETO Nº 1108 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 - LEI N.847

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

226	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE	10.140,00
	4.4.90.52.00	EQÚIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	300 303	FNS-PAB FIXO	

02 11 06 MANUT. FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

475	08.244.0011.2028.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE	945,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 508	PROJ ESCOLA DA BELEZA	
476	08.244.0011.2028.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE	1.500,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 02 81
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 508	PROJ ESCOLA DA BELEZA	

02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

438	17.512.0012.2018.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO	45.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 15 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

351	28.843.0000.0001.0000	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	2.700,00
	3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	
352	28.843.0000.0001.0000	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	30.400,00
	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

02 16 02 CONVÊNIO PROJETO ESPORTE SOCIAL

421	27.812.0032.2014.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	2.109,33
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 055	CONV. PROJ ESPORTE SOCIAL	
431	27.812.0032.2014.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	2.565,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 02 00
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
	500 055	CONV. PROJ ESPORTE SOCIAL	

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1108 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 - LEI N.847

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

378	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	10.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	
381	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	10.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	
386	20.452.0013.2021.0000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS	10.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 01 00
	01	TESOURO	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **212.259,33**

Fontes de Recurso	
01 00	45.000,00
02 00	4.674,33
02 81	2.445,00
05 00	160.140,00

Anulação:

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

205	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE	-10.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	310 000	SAÚDE-GERAL	
212	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE	-120.000,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 0 01 00
	01	TESOURO	
	300 000	SAÚDE	
227	10.301.0009.2023.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE	-259.100,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
	300 316	EQUIPAMENTOS P/ SAÚDE	

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1108 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 - LEI N.847

02 12 01		DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS		
303	13.392.0029.2013.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	-5.500,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0	01 00
	01	TESOURO		
	110 000	GERAL		

02 16 01		DEPARTAMENTO DE ESPORTE		
363	27.812.0032.1121.0000	Reforma Ginásio do Estádio Zeno Capato	-213.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0	05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	100 173	FEDERAL - REFORMA ESTADIO ZENO CAPATO		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HOLAMBRA, 01 de outubro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1109/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 1.297.884,75** (Um Milhão, Duzentos e Noventa e Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
HOLAMBRA, 01 de outubro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

Ficha:	16	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.30.00	GABINETE DO PREFEITO MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
Ficha:	17	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.36.00	GABINETE DO PREFEITO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA

Ficha:	27	02.062.0020.2003.0000 3.3.90.39.00	JURÍDICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha:	34	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.30.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL MATERIAL DE CONSUMO	14.000,00
Ficha:	35	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.36.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 04 01 DIVISÃO DE FINANÇAS

Ficha:	51	04.123.0003.2005.0000 4.4.90.52.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 04 03 DIVISÃO DE LANÇADORIA

Ficha:	55	04.126.0038.1123.0000 4.4.90.52.00	PMAT - PROGRAMA DE MORDERNIZAÇÃO DA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha:	93	12.361.0004.2006.0000 4.4.90.52.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ficha:	127	12.122.0100.2043.0000 3.3.90.39.00	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 09 TRANSPORTE ESCOLAR

Ficha:	129	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Ficha:	157	15.451.0017.1131.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	106.695,33
Ficha:	168	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.36.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
Ficha:	169	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.43	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	250.000,00
Ficha:	474	15.451.0017.1128.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	114.007,36

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 03 DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA

Ficha:	178	15.452.0017.2047.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	700,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

Ficha:	205	10.301.0009.2023.0000 3.1.90.11.00	SAÚDE PARA TODOS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
Ficha:	217	10.301.0009.2023.0000 3.3.90.36.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00
Ficha:	229	10.302.0009.2049.0000 3.3.90.30.00	SAÚDE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	32.000,00
Ficha:	239	10.304.0009.2051.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Ficha:	243	10.304.0009.2051.0000 4.4.90.52.00	SAÚDE PARA TODOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.400,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 10 01 GUARDA MUNICIPAL

Ficha:	257	06.181.0010.2024.0000 3.3.90.39.00	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS

Ficha:	294	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

Ficha:	309	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO CULTURAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL

Ficha:	322	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	13.082,06

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
Ficha:	455	17.512.0012.2018.0000 4.4.90.51.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OBRAS E INSTALAÇÕES	21.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
Ficha:	335	18.541.0013.2046.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 14 01 DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE			
Ficha:	346	16.482.0017.2017.0000 3.3.90.36.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 16 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE			
Ficha:	364	27.812.0032.2014.0000 3.1.90.11.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
Ficha:	367	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.30.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
Ficha:	368	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.36.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
Ficha:	369	27.812.0032.2014.0000 3.3.90.39.00	DEPARTAMENTO DE ESPORTE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS			
Ficha:	378	20.452.0013.2021.0000 3.1.90.11.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.700,00
Ficha:	381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	800,00
Ficha:	382	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.36.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
Ficha:	383	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			1.297.884,75

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 01 01 GABINETE DO PREFEITO			
Ficha:	15	04.122.0019.2002.0000 3.1.91.13.00	GABINETE DO PREFEITO OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	-2.000,00
Ficha:	18	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.39.00	GABINETE DO PREFEITO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-4.000,00
Ficha:	20	04.122.0019.2002.0000 4.4.90.52.00	GABINETE DO PREFEITO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-1.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 02 01 DIVISÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA			
Ficha:	26	02.062.0020.2003.0000 3.3.90.36.00	JURÍDICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-5.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ficha:	36	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.39.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-17.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 04 01 DIVISÃO DE FINANÇAS			
Ficha:	46	04.123.0003.2005.0000 3.3.90.36.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-1.500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 04 03 DIVISÃO DE LANÇADORIA			
Ficha:	53	04.126.0038.1123.0000 4.4.90.39.00	PMAT - PROGRAMA DE MORDERNIZAÇÃO DA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-200.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Ficha:	77	12.361.0004.1091.0000 4.4.90.51.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	-350.000,00
Ficha:	87	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-5.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 05 08 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO			
Ficha:	126	12.122.0100.2043.0000 3.3.90.36.00	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-20.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
Ficha:	149	15.451.0017.1112.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	-106.695,33
Ficha:	150	15.451.0017.1112.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-250.000,00

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
Ficha:	156	15.451.0017.1130.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-10.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	159	15.451.0017.1132.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-114.007,36
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	164	15.451.0017.2017.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-10.700,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	212	10.301.0009.2023.0000	SAÚDE PARA TODOS	-43.000,00
		3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
Ficha:	232	10.302.0009.2049.0000	SAÚDE PARA TODOS	-32.000,00
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha:	237	10.304.0009.2051.0000	SAÚDE PARA TODOS	-1.400,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 10 01 GUARDA MUNICIPAL			
Ficha:	252	06.181.0010.2024.0000	POLICIAMENTO E CONTROLE DE TRAFEGO URBANO	-20.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS			
Ficha:	273	08.243.0011.2027.0000	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-5.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	303	13.392.0029.2013.0000	PROMOÇÃO CULTURAL	-18.000,00
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	438	17.512.0012.2018.0000	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	-21.000,00
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha:	456	17.512.0012.2018.0000	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	-8.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha:	324	18.541.0013.2032.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-5.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha:	327	18.541.0013.2032.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-14.082,06
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

DECRETO Nº 1109 , DE 01 DE outubro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 14 01	DEPTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE		
Ficha:	345	16.482.0017.2017.0000	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	-1.500,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 16 01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE		
Ficha:	359	27.812.0032.1119.0000	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	-17.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha:	361	27.812.0032.1121.0000	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	-10.000,00
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL:	02	EXECUTIVO		
	02 17 00	DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS		
Ficha:	386	20.452.0013.2021.0000	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	-5.000,00
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
	TOTAL DAS ANULAÇÕES			-1.297.884,75

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1111/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1°, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 133.500,00** (Cento e Trinta e Três Mil e Quinhentos Reais), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1111 , DE 01 DE outubro DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE Holambra, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Holambra, 01 de outubro de 2015

ANTONIO CARLOS BERNARDI JUNIOR

DECRETO Nº 1111 , DE 01 DE outubro DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	2	17.512.0037.2018.0000 3.1.90.11.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.000,00
Ficha:	5	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.30.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
Ficha:	7	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.39.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 133.500,00

REDUÇÕES

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	1	17.512.0037.1054.0000 4.4.90.51.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OBRAS E INSTALAÇÕES	-12.500,00
Ficha:	4	17.512.0037.2018.0000 3.1.91.13.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	-41.000,00
Ficha:	9	17.512.0037.2018.0000 4.4.90.52.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-10.000,00
Ficha:	10	17.512.0037.2052.0000 3.3.90.30.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA MATERIAL DE CONSUMO	-70.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES -133.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br/e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1112/2015.

"Revalida o Decreto n.º 1016, de 25 de novembro de 2.014 e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto n.º 1016, de 25 de novembro de 2014, que aprovou o projeto de Loteamento denominado CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL MINHA CASA MINHA VIDA DO GOVERNO FEDERAL "RESIDENCIAL VAN DEN BROEK";

CONSIDERANDO que em decorrência de dificuldades enfrentadas para efetuação do competente registro em cartório;

DECRETO:-

Art. 1º Fica revalidado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para registro das hipotecas das garantias previstas no item II do Artigo 2º do Decreto 1016/2014, conforme *caput* do Artigo 18, da Lei Federal 6.766/79, cujos encargos, inclusive tributários e com registro, correrão às expensas únicas e exclusivas do proprietário do Loteamento, sem quaisquer ônus à municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de outubro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1113/2015

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2015."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam remanejados na importância total de **R$ 309.128,15** (Trezentos e Nove Mil, Cento e Vinte e Oito Reais e Quinze Centavos), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei n.º 847, de 23 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2014 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2014) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
HOLAMBRA, 03 de novembro de 2015

_____
FERNANDO FIORI DE GODOY

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

Ficha:	18	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.39.00	GABINETE DO PREFEITO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha:	34	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.30.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL MATERIAL DE CONSUMO	42.780,00
Ficha:	39	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.92.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL

Ficha:	58	12.365.0014.2007.0000 3.1.90.11.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
Ficha:	61	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha:	84	12.361.0004.2006.0000 3.1.90.11.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
Ficha:	87	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.30.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL MATERIAL DE CONSUMO	34.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO

Ficha:	138	23.695.0033.2015.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO TURISTICA MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Ficha:	144	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Ficha:	167	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.30.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	16.200,00
Ficha:	432	15.451.0017.1021.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	6.473,15
Ficha:	448	15.451.0017.1093.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	7.800,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE			
Ficha:	192	26.782.0008.2022.0000 3.1.90.13.00	GESTÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.360,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	243	10.304.0009.2051.0000 4.4.90.52.00	SAÚDE PARA TODOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.700,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS			
Ficha:	270	08.242.0011.2029.0000 3.3.90.36.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
Ficha:	280	08.244.0011.2026.0000 3.1.90.11.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
Ficha:	282	08.244.0011.2026.0000 3.1.91.13.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS			
Ficha:	294	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 06 MANUT. FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE			
Ficha:	442	08.244.0011.2028.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	305	13.392.0029.2013.0000 3.1.91.13.00	PROMOÇÃO CULTURAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.615,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	446	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 02 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
Ficha:	333	18.541.0013.2046.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 15 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			
Ficha:	352	28.843.0000.0001.0000 4.6.90.71.00	ENCARGOS ESPECIAIS PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	5.000,00

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

Ficha:	382	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.36.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
Ficha:	383	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.39.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 309.128,15

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

Ficha:	16	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.30.00	GABINETE DO PREFEITO MATERIAL DE CONSUMO	-2.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha:	36	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.39.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-38.200,00
Ficha:	40	04.122.0002.2004.0000 4.4.90.52.00	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-4.780,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 02 DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL

Ficha:	56	12.365.0014.1107.0000 4.4.90.51.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE OBRAS E INSTALAÇÕES	-15.000,00
Ficha:	64	12.365.0014.2007.0000 3.3.90.46.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -EDUCAÇÃO BASICA CRECHE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	-10.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha:	80	12.361.0004.1126.0000 4.4.90.51.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	-120.000,00
Ficha:	89	12.361.0004.2006.0000 3.3.90.39.00	EDUCAÇÃO PARA TODOS -ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-14.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 06 01 DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO

Ficha:	133	23.695.0033.1062.0000 4.4.90.51.00	PROMOÇÃO TURISTICA OBRAS E INSTALAÇÕES	-20.000,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 07 01 DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS

Ficha:	149	15.451.0017.1112.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	-5.000,00
Ficha:	152	15.451.0017.1114.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	-29.273,15
Ficha:	154	15.451.0017.1129.0000 4.4.90.51.00	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA OBRAS E INSTALAÇÕES	-1.200,00

LOCAL: 02 EXECUTIVO
02 08 01 DIVISÃO DE TRANSPORTE

Ficha:	191	26.782.0008.2022.0000 3.1.90.11.00	GESTÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-2.354,00
Ficha:	199	26.782.0008.2022.0000 4.4.90.52.00	GESTÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-1.006,00

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

REDUÇÕES

LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 09 01 DIVISAO DE SAUDE			
Ficha:	240	10.304.0009.2051.0000 3.3.90.39.00	SAÚDE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-1.700,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS			
Ficha:	273	08.243.0011.2027.0000 3.1.90.11.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-7.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 02 MANUTENÇÃO DO CRAS			
Ficha:	291	08.244.0011.1095.0000 4.4.90.51.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL OBRAS E INSTALAÇÕES	-3.000,00
Ficha:	292	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.30.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL MATERIAL DE CONSUMO	-10.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 11 06 MANUT. FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE			
Ficha:	443	08.244.0011.2028.0000 4.4.90.52.00	PROMOÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-500,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS			
Ficha:	309	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO CULTURAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-1.615,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 13 01 DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL			
Ficha:	456	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.39.00	PROMOÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-4.000,00
Ficha:	322	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-7.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 15 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO			
Ficha:	353	28.843.0000.0003.0000 4.5.90.91.00	ENCARGOS ESPECIAIS SENTENÇAS JUDICIAIS	-5.000,00
LOCAL:	02 EXECUTIVO			
	02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS			
Ficha:	378	20.452.0013.2021.0000 3.1.90.11.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	-500,00
Ficha:	381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	-6.000,00

DECRETO Nº 1113 , DE 03 DE novembro DE 2015

TOTAL DAS ANULAÇÕES	-309.128,15

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1114/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 708.301,00** (Setecentos e Oito Mil, Trezentos e Um Reais), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Ficam suplementadas, na importância total de **R$ 28.533,04** (Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais e Quatro Centavos), através do excesso de arrecadação transferido do Governo Estadual e Federal, as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE HOLAMBRA, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:

Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 736.834,04 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01	GABINETE DO PREFEITO			
16	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	7.000,00 F.R.: 0 01 00
17	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.36.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA TESOURO GERAL	3.000,00 F.R.: 0 01 00
18	04.122.0019.2002.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DO GABINETE E DEPENDENCIAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	5.000,00 F.R.: 0 01 00
02 05 07	MERENDA ESCOLAR			
120	12.306.0018.2033.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	275.000,00 F.R.: 0 01 00
121	12.306.0018.2033.0000 3.3.90.30.00 02 230 231	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS MERENDA ESCOLAR ESTADUAL	421,07 F.R.: 0 02 00
445	12.306.0018.2033.0000 3.3.90.30.07 05 200 003	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS FNDE - EJA	101,97 F.R.: 0 05 00
02 06 01	DIVISÃO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO			
143	23.695.0033.2015.0000 4.4.90.52.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TESOURO GERAL	4.000,00 F.R.: 0 01 00

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 07 01	DIVISAO DE OBRAS PUBLICAS			
144	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA E OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	5.000,00 F.R.: 0 01 00	
167	15.451.0017.2017.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA E MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	4.000,00 F.R.: 0 01 00	
02 07 03	DIVISAO DE LIMPEZA PUBLICA			
175	15.452.0017.2047.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	35.000,00 F.R.: 0 01 00	
182	15.452.0017.2047.0000 3.3.90.49.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA AUXÍLIO TRANSPORTE TESOURO GERAL	500,00 F.R.: 0 01 00	
02 07 04	DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS			
187	15.451.0026.2019.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	7.000,00 F.R.: 0 01 00	
02 08 01	DIVISÃO DE TRANSPORTE			
191	26.782.0008.2022.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	49.000,00 F.R.: 0 01 00	
197	26.782.0008.2022.0000 3.3.90.46.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO TESOURO GERAL	1.600,00 F.R.: 0 01 00	

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

231	10.302.0009.2049.0000 3.3.90.39.00 05 300 302	MÉDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE AMBULATORIAL E OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS FNS- MAC	10.000,00 F.R.: 0 05 00
244	10.305.0009.2051.0000 3.1.90.11.00 01 310 000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO SAÚDE-GERAL	6.000,00 F.R.: 0 01 00

02 11 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

280	08.244.0011.2026.0000 3.1.90.11.00 01 510 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO PROMOÇÃO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	53.000,00 F.R.: 0 01 00
288	08.244.0011.2026.0000 3.3.90.46.00 01 510 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO PROMOÇÃO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO TESOURO ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	2.600,00 F.R.: 0 01 00
477	08.243.0011.2026.0000 3.3.90.39.00 03 500 511	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO PROMOÇÃO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS FMDCA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	7.000,00 F.R.: 0 03 96

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E EVENTOS

309	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	150.000,00 F.R.: 0 01 00
310	13.392.0029.2013.0000 3.3.90.46.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO TESOURO GERAL	1.800,00 F.R.: 0 01 00

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 13 01		DIVISÃO PRESERVAÇAO AMBIENTAL		
456	17.512.0012.2018.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	21.000,00 F.R.: 0 01 00
322	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	20.000,00 F.R.: 0 01 00
326	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.49.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E AUXÍLIO TRANSPORTE TESOURO GERAL	201,00 F.R.: 0 01 00
462	18.541.0013.2032.0000 3.3.90.30.00 02 100 179	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E MATERIAL DE CONSUMO TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS ESTADUAL - CONV SEC AGRICULTURA	10,00 F.R.: 0 02 81
02 13 02		DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO		
330	18.541.0013.2046.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRO-PECUARIO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	8.500,00 F.R.: 0 01 00
333	18.541.0013.2046.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRO-PECUARIO MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	8.000,00 F.R.: 0 01 00
02 15 01		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
351	28.843.0000.0001.0000 3.2.90.21.00 01 110 000	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO TESOURO GERAL	2.100,00 F.R.: 0 01 00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Mauricio de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 17 00 DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS

378	20.452.0013.2021.0000 3.1.90.11.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL TESOURO GERAL	30.000,00 F.R.: 0 01 00
381	20.452.0013.2021.0000 3.3.90.30.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS MATERIAL DE CONSUMO TESOURO GERAL	20.000,00 F.R.: 0 01 00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **28.533,04**

Fontes de Recurso	
01 00	21.000,00
02 00	421,07
02 81	10,00
03 96	7.000,00
05 00	101,97

Anulação:

02 03 01 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

36	04.122.0002.2004.0000 3.3.90.39.00 01 110 000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA TESOURO GERAL	-34.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00

02 05 03 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

78	12.361.0004.1110.0000 4.4.90.51.00 05 220 222	Construção Escola Período Integral - PI OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS CONSTRUÇÃO ESCOLA PI	-471.301,00 F.R. Grupo: 0 05 00

02 09 01 DIVISAO DE SAUDE

212	10.301.0009.2023.0000 3.3.71.70.00 01 300 000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO TESOURO SAÚDE	-190.000,00 F.R. Grupo: 0 01 00
229	10.302.0009.2049.0000 3.3.90.30.00 05 300 302	MÉDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE AMBULATORIAL E MATERIAL DE CONSUMO TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS FNS- MAC	-10.000,00 F.R. Grupo: 0 05 00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Al.Maurício de Nassau, 444
67172437/0001-83 Exercício: 2015

DECRETO Nº 1114 , DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - LEI N.847

02 16 01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE			
363	27.812.0032.1121.0000	Reforma Ginásio do Estádio Zeno Capato		-3.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0 05 00
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
	100 173	FEDERAL - REFORMA ESTADIO ZENO CAPATO		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HOLAMBRA, 03 de novembro de 2015

FERNANDO FIORI DE GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1115/2015

"Dispõe sobre a atualização de valores do Mapa da Planta Genérica para o Exercício de 2016".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e ainda;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 121 de 27 de Dezembro de 2.001, em seu artigo 16 prevê a atualização anualmente dos mapas de valores, até o limite da inflação, antes do lançamento dos impostos;

CONSIDERANDO que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou no período de apuração (outubro de 2014/2015) uma variação de 9,92% (nove inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), conforme processo administrativo protocolado sob. N.º 4143/2015;

D E C R E T O:

Art. 1º Fica atualizado os valores do Mapa da Planta Genérica de Valores, devendo sobre os mesmos ser aplicada a variação inflacionária correspondente a 9,92% (nove inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), para efeito durante o exercício de 2016, conforme tabelas anexas, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Os departamentos competentes deverão providenciar as alterações necessárias à emissão dos lançamentos e avisos de cobrança.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação Decreto n.º 1115/2015.

FATORES DE CORREÇÃO EMPREGADOS NA APURAÇÃO DO VALOR VENAL DE GLEBAS E EDIFICAÇÕES

A – PARA GLEBAS

ÁREAS				FATORES
Até	900,00 m²			1,000
De	900,01 m²	Até	5.000,00 m²	0,800
De	5.000,01 m²	Até	10.000,00 m²	0,700
De	10.000,01 m²	Até	20.000,00 m²	0,633
De	20.000,01 m²	Até	40.000,00 m²	0,540
De	40.000,01 m²	Até	60.000,00 m²	0,485
De	60.000,01 m²	Até	80.000,00 m²	0,454
De	80.000,01 m²	Até	100.000,00 m²	0,404
De	100.000,01 m²	Até	150.000,00 m²	0,392
De	150.000,01 m²	Até	200.000,00 m²	0,355
De	200.000,01 m²	Até	250.000,00 m²	0,331
De	250.000,01 m²	Até	300.000,00 m²	0,322
De	300.000,01 m²	Até	400.000,00 m²	0,310
De	400.000,01 m²	Até	500.000,00 m²	0,296
De	500.000,01 m²	Até	700.000,00 m²	0,291
De	700.000,01 m²	Até	1.000.000,00 m²	0,288
Acima de 1.000.000,00 m²				0,285

B – PARA EDIFICAÇÕES

PADRÃO	FATOR
A) Nova	1,0
B) Boa	0,9
C) Regular	0,8
D) Mau	0,5

Continuação Decreto n.º 1115/2015.

PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

QUADRO DOS ELEMENTOS DA CONTRUÇÃO					
	1	2	3	4	5
REVESTIMENTO EXTERNO	-	4	6	8	10
REVESTIMENTO INTERNO	-	4	6	8	10
PINTURA EXTERNA	-	2	6	8	10
PINTURA INTERNA	-	2	6	8	10
PISO	-	1	4	6	10
FORRO	-	2	4	6	8
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	-	1	4	6	10
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	-	1	2	4	6
ESTRUTURAS	2	4	7	10	12
COBERTURA	3	2	2	4	6
ESQUADRIAS	-	6	3	8	10
BANHEIROS E COZINHAS		5	10	10	20

A – CASAS, LOJAS E ESCRITÓRIOS

Padrão:

A) Precária	Até 28 pontos
B) Popular	De 29 até 45 pontos
C) Média	De 46 até 75 pontos
D) Boa	De 76 até 80 pontos
E) Luxo	Acima de 81 pontos

B – GALPÕES

Padrão:

A) Popular	Até 28 pontos
B) Média	De 29 até 45 pontos
C) Bom	Acima de 46 pontos

Continuação Decreto n.º 1115/2015.

VALORES PARA EDIFICAÇÕES (POR METRO QUADRADO)

1 – CASAS, LOJAS E ESCRITÓRIOS:

Padrão:

A) Precária	R$ 168,08
B) Popular	R$ 211,46
C) Média	R$ 264,04
D) Boa	R$ 329,39
E) Luxo	R$ 411,77

2 – GALPÃO OU TELHEIRO

Padrão:

A) Popular	R$ 211,01
B) Média	R$ 280,64
C) Bom	R$ 327,89

VALORES PARA ÁREA TERRITORIAL (POR METRO QUADRADO)

ZONAS	VALORES EM REAIS
1. VERMELHO	R$ 109,45
2. AMARELO	R$ 87,75
3. VERDE	R$ 65,45
4. MARINHO	R$ 50,30
5. AZUL	R$ 34,40
6. LILAS	R$ 20,97
7. MARROM	R$ 16,61

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1116/2015

"Dispõe sobre a atualização de valores inflacionários dos Preços Públicos contidos no artigo 2º do Decreto n.º 690 de 31 de janeiro de 2008 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais:

CONSIDERANDO as orientações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no que diz respeito á arrecadação municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 690/2008, que instituiu os preços públicos de recolhimento de resíduos domésticos, entrou em vigência em Janeiro/2008;

CONSIDERANDO que, a revisão pelos índices inflacionários não se caracteriza como um *plus*, mas, como mera recomposição dos valores frente à corrosão inflacionária.

CONSIDERANDO que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou no período de apuração (outubro de 2014/2015) uma variação de 9,92% (nove inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), conforme informação do IPCA/IBGE;

DECRETO:

Art. 1º Os preços públicos previstos no artigo 2º do Decreto nº 690/08, e cobrados anualmente pelo recolhimento dos resíduos domésticos, serão reajustados em 9,92% (nove inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), passando a ter os seguintes valores:

I - R$ 113,36 (cento e treze reais e trinta e seis centavos) para propriedades com uma residência.

II - R$ 404,90 (quatrocentos e quatro reais e noventa centavos) para propriedades com até 05 (cinco) residências.

III - R$ 566,85 (quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para propriedades com 06 (seis) a 10 (dez) residências.

IV - R$ 971,79 (novecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos) para propriedades com mais de 10 (dez) residências.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos do Decreto nº 690/08.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2.016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrárias.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1117/2015

"Dispõe sobre regulamentação do uso das vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas com deficiência e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito do Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, Comarca de Mogi Mirim-SP, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais e, ainda;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 304, de 18 de dezembro de 2008, do CONTRAN, dispondo sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção;

CONSIDERANDO a necessidade de a regulamentação municipal adequar-se à citada Resolução;

CONSIDERANDO que compete à autoridade de trânsito municipal regulamentar o uso dos logradouros públicos e espaços públicos municipais sob sua circunscrição;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 227, §1º, Inciso II, estabelece a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 10.098/00, bem como no Decreto 5.296/04, que determina a reserva de 2% (dois) por cento das vagas em estacionamento regulamentado para serem utilizados exclusivamente por pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO o interesse de facilitar, por meio de sinalização, o acesso de pessoas com deficiência a pólos de atração e locais onde a oferta de vagas de estacionamento é menor que a demanda existente;

CONSIDERANDO a importância de garantir o bom uso das vagas destinadas aos veículos utilizados por pessoas com deficiência ou por quem as transportem, nos logradouros públicos,

D E C R E T O:

Art. 1º O Departamento Municipal de Transito, concederá autorização especial, por meio de emissão de Cartão, para o estacionamento de veículo utilizado por pessoas com deficiência ou que, em virtude de sua deficiência, necessitem fazer o uso do Cartão nos logradouros públicos, em vagas especiais devidamente sinalizadas para esse fim, com o Símbolo Internacional de Acessibilidade.

Continuação do Decreto n.º 1117/2015

§1º - Entende-se como pessoa com deficiência, para fins deste Decreto, aquelas definidas no §1º, artigo 5º do Decreto Federal 5.296, de 02 de dezembro de 2.004 (Inciso I e alíneas a,b,c, d, e), bem como daquelas previstas na Lei 10.690, de 16 de junho de 2.003.

§2º - O Cartão aplica-se à utilização das vagas especiais de estacionamento veicular sinalizadas pelo Departamento Municipal de Transito - DEMUTRAN, para uso das pessoas com deficiência ou que, em virtude de sua deficiência, necessitem fazer uso do Cartão, devendo ser obedecidas as demais sinalizações e disposições legais vigentes.

§3º - Nas vagas especiais, em área de estacionamento controlado rotativo pago, além do Cartão de que dispõe este Decreto, o usuário deverá utilizar também o cartão ou cupom eletrônico de estacionamento controlado, conforme regulamentado pela sinalização.

Art. 2º A autorização será concedida, por meio de um único Cartão, em nome da própria pessoa com deficiência, impresso de acordo com o modelo constante do anexo II do presente Decreto.

Art. 3º Para o fornecimento do Cartão, o interessado deverá formalizar requerimento conforme modelo de formulário constante no Anexo I deste Decreto, acompanhado dos seguintes documentos:

I – 1 foto 3x4;
II - atestado médico original para ser analisado pelo Departamento Municipal de Saúde;
III – original e cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente da pessoa com deficiência e do seu representante, quando for o caso;
IV – original e cópia do documento comprovando que o requerente é representante da pessoa com deficiência, quando for o caso;
V – original e cópia do comprovante de endereço do domicílio da pessoa com deficiência, que obrigatoriamente deverá ser no Município da Estância Turística de Holambra, e do representante, quando for o caso.

§1º - A partir de 1º de janeiro de 2016, os documentos constantes dos incisos III e V poderão ser substituídos pela apresentação do Cartão Cidadão.

§2º - O modelo do requerimento de que trata o *caput* deste artigo encontra-se disponível no Departamento Municipal de Transito, e deverá ser preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, bem como juntados os documentos relacionados nos incisos I ao V do *caput* deste artigo, para fins de cadastramento.

§3º - Entende-se por representante da pessoa com deficiência, para fins deste Decreto, cônjuge, filhos, tutores, curadores e procuradores.

§4º - A entrada do requerimento no Departamento Municipal de Trânsito, com a finalidade de obtenção da 1ª via do Cartão, é gratuita.

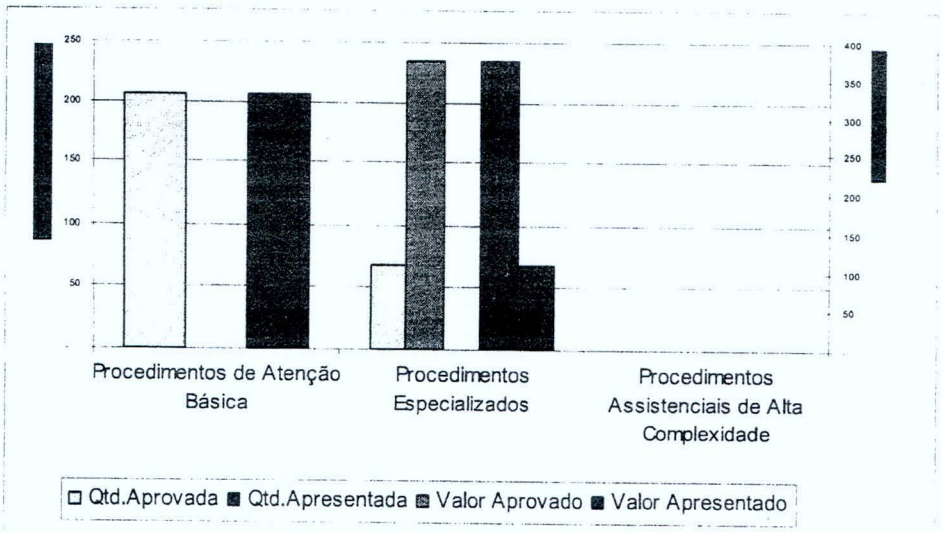


Figura 16 - Quantidade e valor médio de procedimentos - Fonte: SIA/SUS

15.0 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1 - MODELO DE GESTÃO

Objetivando a consolidação e qualificação do SUS, o Ministério da Saúde estabelece através das Portarias 399GM, de 22/02/2006, e 699/GM, de 30/03/2006, o PACTO PELA SAÚDE: "*Compromisso público dos gestores das três esferas, baseado nos princípios do SUS e construído coletivamente em função as necessidades de saúde da população e na busca da equidade social*".
O município de Holambra é integrante do Colegiado Gestor da Região Oeste, composto pelos municípios: Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Hortolândia, Jaguariúna, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara do Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, , vinculado ao Departamento Regional de Saúde de Campinas - DRS VII, da Secretaria de Estado da Saúde.
O modelo de gestão, encontra-se num processo de transferência, do tradicional para o PARTICIPATIVO.

15.2 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde é um órgão colegiado, em caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, dos prestadores de serviços, de profissionais de saúde e de usuários, que atuam na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução da política de saúde.
O Conselho Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal, possui regimento interno e realiza reuniões mensais.
O Conselho Municipal de Saúde é composto por 12 membros (titulares / suplentes), representando 50% de usuários, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de representantes da administração.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Diretor de Saude.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de
Holambra
CUIDANDO DA NOSSA TERRA
2009-2012

Continuação do Decreto n.º 1117/2015

§5º - As informações a seguir relacionadas serão analisadas pelo Departamento Municipal de Saúde, mediante a apresentação do atestado, constante no Anexo II deste Decreto, comprobatório da deficiência, emitido há no máximo três meses, via original, ou cópia autenticada, ou ainda, cópia simples (mediante apresentação do original, para conferência), contendo:

I - descrição da deficiência e o CID – Código Internacional de Doenças;
II - informação se há ou não necessidade de uso de próteses, órteses, cadeiras de rodas etc.;
III - nome legível, CRM, assinatura do médico e data de emissão;
IV - autorização expressa da pessoa com deficiência para a divulgação de seus dados médicos, para as finalidades previstas neste Decreto.

§6º - A confecção e o fornecimento do Cartão serão de responsabilidade do Departamento Municipal de Transito.

Art. 4º Poderá ser emitida segunda via do Cartão em caso de perda, furto e roubo mediante Boletim de Ocorrência e em caso de danos apresentá-lo no Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 5º O Cartão terá validade de 02 (dois) anos e, para sua renovação, deverá ser apresentado o cartão antigo, acompanhado dos documentos relacionados no artigo 3º.

Parágrafo único: A entrega do novo Cartão será efetivada, sempre que possível, mediante devolução do Cartão anteriormente concedido.

Art. 6º O original do Cartão deverá ser, obrigatoriamente:

I – colocado sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima, de modo a permitir fácil visualização;

II – apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado, acompanhado de documento de identidade do portador do Cartão.

Art.7º O Cartão poderá ser recolhido pelo Agente de Trânsito, e o ato de autorização suspenso ou cassado, a critério da Autoridade de Trânsito Municipal, se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal:

I – o empréstimo do Cartão a terceiros;
II - o uso de cópia do Cartão, efetuada por qualquer processo;
III - o porte do Cartão com rasuras ou falsificado;
IV - o uso do Cartão em desacordo com as disposições nele contidas e na legislação pertinente;
V - se constatado, pelo Agente de Trânsito, que o veículo, por ocasião da utilização da vaga especial sinalizada, não serviu para o transporte de pessoa com deficiência;
VI – o uso do Cartão com a validade vencida.

Continuação do Decreto n.º 1117/2015

Art.8º O Cartão perderá sua validade no caso de não permanecerem as condições que propiciaram sua concessão, fato este que deverá ser comunicado, pelo próprio beneficiário ou seu representante legal, ao órgão concedente, o que ensejará a devolução do Cartão emitido, instruído com Termo de Devolução.

Art.9º O Cartão de que trata este Decreto deverá ser utilizado para as vagas destinadas aos prédios públicos, internamente ou no logradouro público, e ainda, poderá servir de referência para fins de utilização em estabelecimentos particulares que reservem vagas especificas de estacionamento para veículos utilizados por pessoas com deficiência.

Parágrafo único – O Cartão não isenta o usuário de eventual pagamento de estacionamentos não gratuitos.

Art.10 A utilização das vagas sinalizadas e reservadas às pessoas com deficiência em prédios públicos ou em logradouros públicos, por veiculos que não estejam transportando pessoas com deficiência, constitui infração ao disposto no art. 181, XVII, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal n.º 9503, de 23 de setembro de 1997).

Art.11 Este Decreto entra em vigor na sua data de publicação.

Art. 12 Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação do Decreto n.º 1117/2015.

ANEXO I

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra/SP

Solicito a Vossa Excelência a emissão de credencial para estacionamento em vagas sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, destinadas às pessoas portadoras de deficiência física, conforme prevê o Decreto nº 00.000, de 00 de mcmcmcmc de 2015.

Dados do solicitante

Nome da pessoa com deficiência		Data de nascimento	Sexo ( ) Masc. ( ) Fem.
Endereço (Rua /Av.)		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Holambra/SP	Telefone
Identidade nº	Data Expedição / /	Expedido por	
CNH nº (quando for condutor)	Validade da CNH / /	E-MAIL	

Dados do Representante Legal

Nome			
Endereço (Rua /Av.)		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Telefone
Identidade nº	Data Expedição / /	Expedido por	

Informações adicionais para fins Estatísticos

Assinalar a principal condição da utilização do cartão
( ) Na maioria das vezes como condutor ( ) na maioria das vezes como conduzido
Indicar a quem pertence(m) costumeiramente o veículo utilizado (s). Preencher mais de uma opção, se for o caso:
( ) Pessoa com a deficiência.
( ) Familiar do deficiente (pai, mãe, marido/mulher, companheiro, representante legal ou irmãos)
( ) Familiar mais distante do deficiente (avós, netos, primos)
( ) Outros

Solicitação
( ) inicial

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima prestadas são expressão da verdade, e desde já me responsabilizo pelo bom uso do cartão em conformidade com as disposições legais vigentes.
Holambra, ____de_____de _____.

.....
Assinatura do deficiente ou representante

Documentos Necessários para a solicitação

Original e cópia simples dos seguintes documentos:
- carteira de identidade (ou documento equivalente) da pessoa com deficiência e do seu representante, quando o caso
- documento comprovando que o requerente é representante da pessoa com deficiência, quando o caso
- comprovante de endereço do domicílio da pessoa com deficiência, que obrigatoriamente deverá ser no Município da Estância Turística de Holambra e do representante, quando o caso.

Atestado médico: Deverá ser apresentado em original ou cópia autenticada, emitido no máximo a 3 meses.

Continuação do Decreto n.º 1117/2015.

ANEXO II

ATESTADO MÉDICO

Finalidade
Para fins de autorização especial por meio do Cartão Preferencial para estacionamento em vagas especiais, devidamente sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso nas vias e logradouros públicos no Município da Estância Turística de Holambra/SP, de veículo autorizado, por pessoa portadora de deficiência física, com deficiência ambulatória no(s) membro(s) inferior(s) ou no(s) membro(s) superior(s) e inferior(s) que a obrigue ou não utilizar, temporária ou permanentemente, cadeiras de rodas, aparelhagem ortopédicas ou prótese, ou por pessoa portadora de deficiência ambulatória, decorrente de incapacidade mental, em conformidade com o Decreto 00.000/0000.

Dados do solicitante

Nome da pessoa com deficiência		Data de nascimento / /	Sexo ( ) Masc. ( ) Fem.
Endereço (Rua /Av.)		Nº	Complemento
Bairro	CEP 13160-000	Holambra/SP	Telefone
Identidade nº	Data Expedição / /	Expedido por	
CNH nº (quando for condutor)	Validade da CNH / /	E-MAIL	

Identificação do médico

Nome	Registro profissional	Local do atendimento

Informações *médicas*

Deficiência Física Permanente Utiliza cadeira de rodas, aparelhagem ortopédica ou prótese ( ) Sim ( ) Não ( ) Deficiência ambulatória autônoma, decorrente de incapacidade mental.	( ) ....

Descrição natureza e CID da lesão que justifique a incapacidade ou dificuldade para locomoção :
.....
.....
.....

Observações :
- Descrição e natureza da lesão: fazer relato claro e sucinto, informando a natureza, tipo de lesão e/ou quadro clínico da doença, citando a parte do corpo atingida, sistemas ou aparelhos e estabelecer nexo entre a patologia e a incapacidade ou dificuldade de locomoção do solicitante.
Os campos deverão ser preenchidos com letra de forma ou datilografados.
O Departamento Municipal de Transito se reserva o direito de solicitar esclarecimentos e/ou informações complementares.

O presente formulário somente terá validade para a finalidade de emissão do Cartão Preferencial se estiver devidamente preenchido com as informações médicas.
A informação acima prestada tem como finalidade atender Constituição federal, Cap. VII, Art.227, § 1º, Inciso II bem como Decreto nº 00.000, de 00 de mcmcmcm de 0000.
O médico se responsabiliza pela veracidade das informações médicas prestadas a este Órgão, sob penas da lei.

Holambra, ...de .....de 2.0___

Nome, CRM e assinatura do médico

Autorizo:
A divulgação das informações médicas a meu respeito, contidas neste atestado, para a finalidade de obtenção do cartão.

.....
Assinatura do deficiente ou representante

Continuação do Decreto n.º 1117/2015.

DEFICIENTE FISICO
ANEXO III - MODELO DE CARTÃO CONFORME RESOL. 304/08 - CONTRAN

ESTACIONAMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ESTACIONAMENTO VAGA ESPECIAL
CONFORME LEI FEDERAL Nº 9.503 (RESOLUÇÃO Nº 304/2008)

Nº DO REGISTRO:

DATA DE EMISSÃO:

VALIDADE:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO

MUNICÍPIO: HOLAMBRA

ÓRGÃO EXPEDIDOR: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Departamento Municipal de Trânsito

NOME DO BENEFICIÁRIO:

REGRAS DE UTILIZAÇÃO

1. A autorização concedida por meio deste cartão somente terá validade se o mesmo for apresentado no original e preencher as seguintes condições:
   1.1. Estiver colocado sobre o painel do veículo, com frente voltada para cima;
   1.2. For apresentado à autoridade de trânsito ou ao s seus agentes, sempre que solicitado.

2. Este cartão de autorização poderá ser recolhido e o ato da autorização suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do órgão de trânsito, especialmente se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outros:
   2.1. O empréstimo do cartão a terceiros;
   2.2. O uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;
   2.3. O porte do cartão com rasuras ou falsificado;
   2.4. O uso do cartão em desacordo com as disposições s nele contidas ou na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo agente que o veículo por ocasião da Utilização da vaga especial, não serviu para o transporte do deficiente físico;
   2.5. O uso do cartão com a validade vencida.

3. A presente autorização somente e válida para estacionar nas vagas devidamente sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, especialmente criadas pelo órgão de trânsito para esse fim.

4. Esta autorização também permite o uso em vagas d e Estacionamento Rotativo Regulamentado, gratuito ou pago, sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, sendo obrigatória a utilização conjunta do Cartão do Estacionamento, bem como a obediência às suas normas de utilização.

5. O desrespeito ao disposto neste cartão de autorização, bem como às demais regras de trânsito e a sinalização local, sujeitará o infrator as medidas administrativas, penalidades e pontuações previstas em lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1118/2015

"Dispõe sobre regulamentação do uso das vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito do Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, Comarca de Mogi Mirim-SP, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais e, ainda;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 303, de 18 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, dispondo sobre a regulamentação de vagas para estacionamento exclusivo de veículos utilizados por idosos;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação municipal se adequar à citada Resolução;

CONSIDERANDO que compete à Autoridade Municipal de transito regulamentar o uso das vias e logradouros públicos e espaços públicos municipais sob sua circunscrição;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, que em seu artigo 41 estabelece a obrigatoriedade de se destinar 5% (cinco por cento) das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizadas exclusivamente por idosos;

CONSIDERANDO o interesse de facilitar, por meio de sinalização, o acesso de pessoas idosas a pólos de atração e locais onde a oferta de vagas de estacionamento é menores que a demanda existente;

CONSIDERANDO a importância de garantir o bom uso das vagas destinadas aos veículos utilizados por pessoas idosas ou por quem as transportem, nas vias e logradouros públicos,

D E C R E T O:

Art. 1º O Departamento Municipal de Trânsito concederá autorização especial, por meio de emissão de cartão para o estacionamento de veículos utilizados por pessoas idosas nas vias e logradouros públicos, em vagas especiais devidamente sinalizadas para esse fim com a legenda "IDOSO".

§ 1º Entende-se como idoso as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos nos termos do artigo 1º da Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003.

§ 2º O cartão a que alude o caput deste artigo, aplica-se à utilização das vagas especiais de estacionamento veicular sinalizadas pelo Departamento Municipal de Trânsito para uso das pessoas idosas, devendo ser obedecidas às demais sinalizações e disposições legais vigentes.

Continuação do Decreto n.º 1118/2015.

§ 3º Nas vagas especiais, em área de estacionamento controlado rotativo pago, além do cartão, o usuário deverá utilizar também o cartão de estacionamento controlado, conforme regulamento.

Art. 2º A autorização especial de que trata o artigo 1º, será concedida, por meio de único cartão de estacionamento em nome da própria pessoa idosa, de acordo com o modelo que constitui o Anexo II do presente decreto.

Art. 3º Para a expedição do cartão para estacionamento de veículos de pessoa idosa e de sua renovação, o interessado deverá formalizar requerimento, conforme modelo que constitui o Anexo I deste decreto, acompanhado dos seguintes documentos:

I – original e cópia simples da Carteira de Identidade ou documento equivalente da pessoa idosa e do seu representante legal, quando for o caso;
II – original e cópia simples de documento comprovando que o requerente é representante da pessoa idosa, quando for o caso;
III – original e cópia simples de comprovante de endereço de domicílio da pessoa idosa, que deverá ser, obrigatoriamente, do Município de Artur Nogueira/SP e de seu representante legal, quando for o caso.
IV – 1 foto 3x4.

§ 1º O modelo do requerimento de que trata o caput deste artigo deverá ser preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, o qual estará à disposição no Departamento Municipal de Trânsito;

§ 2º O requerimento a que alude este artigo deverá ser entregue no Departamento Municipal de Trânsito, instruído com os documentos relacionados nos incisos I ao IV do caput do artigo 3º deste decreto, para fins de cadastramento;

§ 3º A confecção e o fornecimento do cartão para estacionamento de veículos de pessoas idosas, serão de responsabilidade do Departamento Municipal de Trânsito;

Art. 4º Entende-se por representante legal da pessoa idosa, para fins deste decreto, cônjuge, filhos, tutores, curadores e procuradores.

Art. 5º Poderá ser emitida segunda via do cartão de estacionamento de veículos para pessoas idosas, em caso de perda, furto, roubo ou dano, mediante requerimento fundamentado, conforme o modelo que constitui o Anexo I deste decreto, instruído com os documentos descritos nos incisos I ao V do artigo 3º e cópia do Boletim de Ocorrência, quando for o caso.

Art. 6º O cartão de estacionamento de veículos para pessoas idosas terá validade de 02 (dois) anos e, para sua renovação, deverá ser apresentado o cartão antigo, acompanhado dos documentos relacionados no caput do artigo 3º deste decreto.

Parágrafo único: A entrega do novo cartão será efetivada mediante devolução do anteriormente concedido, sempre que possível.

Continuação do Decreto n.º 1118/2015.

Art. 7º O original do cartão expedido pelo Departamento Municipal de Transito às pessoas idosas deverá ser:

I – colocado sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima;
II – apresentado à Autoridade de Trânsito ou ao seu Agente, sempre que solicitada, acompanhado de documento de identidade do portador do cartão.

Art. 8º O cartão poderá ser recolhido pelo Agente de Trânsito, e o ato de autorização especial suspenso ou cassado, a critério da Autoridade Municipal de Trânsito, se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outras:

I – o empréstimo a terceiros;
II - o uso de cópia do cartão efetuado por qualquer processo;
III - o porte do cartão com rasuras ou falsificado;
IV - o uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas e na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo Agente de Trânsito que o veículo, por ocasião da utilização da vaga especial sinalizada pelo Departamento Municipal de Trânsito, não serviu para o transporte de pessoa idosa;
V – o uso do cartão com a validade vencida.

Art. 9º O cartão de que trata este decreto deverá ser utilizado para as vagas destinadas nos prédios públicos, internamente ou na via pública e ainda, poderá servir de referência para fins de utilização em estabelecimentos particulares que reservem vagas especificas de estacionamento para veículos utilizados por pessoas idosas.

Parágrafo único – O cartão não isenta o usuário de eventual pagamento de estacionamentos não gratuitos.

Art. 10 A utilização das vagas sinalizadas e reservadas às pessoas idosas em prédios públicos ou em vias públicas, por veículos que não estejam transportando as pessoas citadas no §1º do artigo 1º deste decreto, constitui infração ao disposto no artigo 181, XVII, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal n.º 9503, de 23 de setembro de 1997).

Art. 11 Este decreto entrará em vigor na sua data de publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Continuação do Decreto n.º 1118/2015.

ANEXO I - REQUERIMENTO DE CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO

Excelentíssimo Senhor

Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra/SP

Solicito a Vossa Excelência a emissão do cartão para estacionamento em vagas sinalizadas com a legenda "IDOSO", destinadas às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Dados do Requerente:

Nome:_____
RG: Data de expedição: ____/____/_____ Expedido por:_____
Endereço: _____
Complemento: Bairro:_____
Cidade: UF: CEP:_____
Tel./Fax: E-mail:_____
CNH nº. (quando for condutor): Validade da CNH:_____

Dados do Representante Legal:
Nome:_____
RG: Data de expedição: ____/____/_____ Expedido por:_____
Endereço: _____
Complemento: Bairro:_____
Cidade: UF: CEP:_____
Tel./Fax: E-mail:_____

Documentos necessários para a solicitação (original e cópia simples)
- carteira de identidade (ou documento equivalente) da pessoa idosa e do seu representante.
- documento comprovando que o requerente é representante da pessoa idosa.
- comprovante de endereço do domicílio da pessoa idosa, que obrigatoriamente deverá ser no Município da Estância Turística de Holambra e do representante, quando o caso.
- a carteira de identidade e o comprovante de endereço poderão ser substituídos pelo Cartão Cidadão.

Solicitação:

( ) Inicial

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima prestadas são expressão da verdade, e desde já me responsabilizo pelo bom uso do cartão, em conformidade com as disposições legais vigentes.

Holambra. ____de_____de 20___

_____

Continuação do Decreto n.º 1118/2015.

IDOSO

ANEXO II - MODELO DE CARTÃO CONFORME RESOL. 303/08 – CONTRAN

ESTACIONAMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ESTACIONAMENTO VAGA ESPECIAL

CONFORME RESOLUÇÃO Nº 303 DO CONTRAN

Nº DO REGISTRO:

DATA DE EMISSÃO:

VALIDADE:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO

MUNICÍPIO: HOLAMBRA

ÓRGÃO EXPEDIDOR: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Departamento Municipal de Trânsito

IDOSO

NOME DO BENEFICIÁRIO:

REGRAS DE UTILIZAÇÃO

1. A autorização concedida por meio deste cartão somente terá validade se o mesmo for apresentado no original e preencher às seguintes condições:
   1.1. Estiver colocado sobre o painel do veículo, com frente voltada para cima;
   1.2. For apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado.

2. Este cartão de autorização poderá ser recolhido e o ato da autorização suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do órgão de trânsito, especialmente se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outros:
   2.1. O empréstimo do cartão a terceiros;
   2.2. O uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;
   2.3. O porte do cartão com rasuras ou falsificado;
   2.4. O uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo agente que o veículo por ocasião da Utilização da vaga especial, não serviu para o transporte do idoso;
   2.5. O uso do cartão com a validade vencida.

3. A presente autorização somente e válida para estacionar nas vagas devidamente sinalizadas com a legenda idosos.

4. Esta autorização também permite o uso em vagas de Estacionamento Rotativo Regulamentado, Gratuito ou pago, sendo obrigatória a utilização conjunta do Cartão do Estacionamento, bem como a obediência às suas normas de utilização.

5. O desrespeito ao disposto neste cartão de autorização, bem como às demais regras de trânsito e a sinalização local, sujeitará o infrator as medidas administrativas, penalidades e pontuações previstas em lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1119/2015

"SUPLEMENTA VERBA ORÇAMENTÁRIA."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, de acordo com o disposto nos artigos 42 e 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Municipal n.º 847 de 23 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA 2015).

DECRETO:-

Art. 1º Ficam suplementadas e anuladas, na importância total de **R$ 65.134,00** (Sessenta e Cinco Mil e Cento e Trinta e Quatro Reais), as dotações do orçamento vigente, conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1119 , DE 04 DE novembro DE 2015

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE Holambra, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei nº 847 de 24/12/2015 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei orçamentária anual para o exercício de 2015

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº847, de 24 de dezembro de 2015) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Holambra, 04 de novembro de 2015

ANTONIO CARLOS BERNARDI JUNIOR

DECRETO Nº 1119 , DE 04 DE novembro DE 2015

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	2	17.512.0037.2018.0000 3.1.90.11.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.634,00
Ficha:	6	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.36.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
Ficha:	7	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.39.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 65.134,00

REDUÇÕES

LOCAL: 04 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA
04 01 01 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA

Ficha:	4	17.512.0037.2018.0000 3.1.91.13.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	-4.000,00
Ficha:	5	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.30.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA MATERIAL DE CONSUMO	-36.500,00
Ficha:	8	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.46.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	-5.000,00
Ficha:	9	17.512.0037.2018.0000 4.4.90.52.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-4.772,00
Ficha:	12	17.512.0037.2018.0000 3.3.90.93.00	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-14.862,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES -65.134,00

DECRETO N.º 1120/2015

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA DO EXERCÍCIO DE 2014.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito do Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, Comarca de Mogi Mirim-SP, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais e, ainda;

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro e a conseqüente elaboração do Balanço Geral constituem providências que devem ser, prévia e adequadamente tomadas e os procedimentos a elas pertinentes devem ser cumpridos rigorosamente, tudo em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETO:

Art. 1º A execução orçamentária do Município da Estância Turística de Holambra se encerra impreterivelmente, no seguinte cronograma:

I - as requisições de compras de bens e serviços já emitidas, somente poderão ser empenhadas no sistema FIORILLI, até o dia 25 de novembro de 2015;

II – os recebimentos de Notas Fiscais e os lançamentos de liquidações no sistema FIORILLI, dos empenhos em aberto deverão ser efetuados até o dia 10 de dezembro de 2015;

IV - a devolução dos saldos dos adiantamentos concedidos e não utilizados, deverão ser recolhidos em conta bancária estipulada pelo Departamento de Finanças, até o dia 30 de novembro de 2015, salvo as emergências que ficarão sob a responsabilidade do Departamento de Finanças;

V - os empenhos de adiantamento que restarem sem pagamento, não poderá ser inscritos em restos a pagar, devendo ser anulados até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º A partir das datas estabelecidas no art. 1º, do presente Decreto, não deverão mais ser processados empenhos e liquidações, salvo em casos especiais, mas sempre precedida de justificativa e autorização expressa do Departamento de Finanças e do Prefeito Municipal.

§ 1º Serão considerados casos especiais, as situações que impliquem em grave comprometimento do serviço prestado à população ou que acarretem prejuízo ao Município.

Continuação do Decreto n.º 1120/2015.

§ 2º A justificativa deverá comprovar a natureza emergencial e inadiável da solicitação, esclarecendo o motivo pelo qual não foi providenciada em tempo hábil.

§ 3º Ficam dispensados da justificativa e autorização prévia, prevista no *caput* deste artigo, os casos especiais de empenhos referentes ao cumprimento do percentual mínimo de aplicação na educação e de recursos vinculados, cujo prazo de prestação de contas ocorra após as datas fixadas no art. 1º do presente Decreto.

Art. 3º O Departamento de Finanças, através da Divisão de Contabilidade, procederá a anulação de empenhos não liquidados até 31.12.2015, com exceção dos casos especiais descritos nos parágrafos 1º e 3º do art. 2º retro, devendo a partir de 02 de janeiro de 2016 proceder o reempenho para os casos onde os respectivos contratos restarem vigentes em 2016.

Art. 4º O Departamento de Finanças, através da Divisão de Contabilidade, procederá ao cancelamento dos saldos dos valores não liquidados da conta de *"Restos a Pagar Não Processados – R.P.N.P. de exercícios anteriores"*, até 31 de dezembro de 2015, com exceção dos casos especiais descritos nos parágrafos 1º e 3º do art. 2º retro.

Art. 5º O Departamento de Finanças, poderá editar instruções complementares à execução deste Decreto.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrárias.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.° 1121/2015.

"Dá nova redação ao inciso III do artigo 1° do Decreto n.° 997 de 23 de Setembro de 2014 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO que o Decreto n.° 997 de 23 de Setembro de 2014, instituiu a Comissão para acompanhamento das atividades do convênio, do PROJETO ESTADUAL DO LEITE "VIVA LEITE".

CONSIDERANDO que houve substituição de membros junto ao CMDCA do Município.

DECRETO:

Art. 1° Da nova redação ao inciso III do artigo 1° do Decreto n.° 997, de 23 de Setembro de 2015, no qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°...

III – DANIELA ALVES, RG n.° 28.263.428-5, Titular e **ADRIANA VAZ DA COSTA GOMES,** RG n.° 21.562.699 como Suplente, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1122/2015.

Regulamenta a remoção de cargos públicos de magistério, em caráter permanente, das Classes de Suporte Pedagógico para o ano letivo de 2016 e dá outras providências.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais.

DECRETO:

Art. 1º Excepcionalmente, para efeito do Concurso de Remoção, do ano letivo de 2016, dos profissionais das Classes de Suporte Pedagógico, titulares dos cargos de Vice Diretor de Escola e de Diretor de Escola, a lista classificatória obedecerá, rigorosamente, as datas de ingresso pelos concursos públicos de provas e títulos dos respectivos cargos, tendo supremacia os mais antigos.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate, terá preferência o candidato que:

I - obteve maior pontuação no respectivo concurso público de provas e títulos;

II - tiver mais idade, levando-se em consideração o ano, mês e dia do nascimento.

Art. 2º Para efeito do Concurso de Remoção do ano letivo de 2016, dos profissionais das Classes de Suporte Pedagógico, titulares dos cargos de Coordenador Pedagógico, a lista classificatória obedecerá, rigorosamente, as datas de ingresso no respectivo cargo, na rede municipal de ensino, tendo supremacia os mais antigos.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate, terá preferência o candidato que:

I - obteve maior pontuação no respectivo concurso público de provas e títulos;

II - tiver mais idade, levando-se em consideração o ano, mês e dia do nascimento.

Art. 3º O candidato poderá interpor recurso quanto às classificações constantes dos Art.s 1° e 2° deste Decreto no prazo de 1 (um) dia útil, após a publicação da classificação dos candidatos no site www.holambra.sp.gov.br.

Art. 4º O Departamento Municipal de Educação fará publicar em sua sede e no site www.holambra.sp.gov.br a decisão dos recursos, após análise e revisão.

Art. 5º Após a publicação da decisão dos recursos não caberá novo recurso.

Continuação do Decreto n.º 1122/2015.

Art. 6° Processar-se-á a remoção respeitando-se a classificação final e obedecida a ordem de preferência da unidade indicada pelo candidato.

Art. 7° Considerar-se-á efetuada a remoção dos candidatos pela publicação no site www.holambra.sp.gov.br, do resultado final da remoção, do qual constará: nome e unidade de destino.

Art. 8° A remoção dos profissionais da Classe de Suporte Pedagógico será realizada no dia 26/11/2015, no Departamento de Educação, nos seguintes horários:

I – 08h00: remoção dos ocupantes dos cargos de Diretor de Escola;
II – 09h00: remoção dos ocupantes dos cargos de Vice Diretor de Escola;
III – 09h30: remoção dos ocupantes dos cargos de Coordenador Pedagógico.

Art. 9° O presente concurso de remoção tem a finalidade de fixar os profissionais das classes de suporte pedagógico nas Unidades Escolares Municipais, de preferência dos interessados, e é obrigatório para todos.

Art. 10 Todos os atos referentes ao concurso de remoção poderão ser efetuados pessoalmente pelo interessado ou por meio do seu procurador devidamente constituído. O procurador ficará obrigado à apresentação do seu documento de identidade e do representado, do instrumento de procuração, além dos documentos exigidos para cada ato.

Art. 11 O Departamento de Educação procederá à remoção compulsória do profissional da classe de suporte pedagógico que não comparecer à remoção, na data e hora estabelecida no presente Decreto.

Art. 12 Os profissionais removidos serão avaliados no período de 01 ano, cujos critérios serão regulamentados por Decreto.

Art. 13 As remoções procedidas nos termos deste Decreto produzirão efeitos a partir de 01/01/2016.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1123/2015.

Dispõe sobre o Processo de ATRIBUIÇÃO de CLASSES e/ou AULAS, dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, das Classes de DOCENTES.

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais.

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas e procedimentos que permitam a aplicação das exigências legais, contidas nos artigos 36 a 51, da Lei Complementar nº 215, de 06 de maio de 2.010.

DECRETO:

Art. 1º O Processo de Atribuição de CLASSES e/ou AULAS, dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, detentores de cargos públicos de magistério, das CLASSES DE DOCENTES, referente ao ANO LETIVO DE 2.016, deverá obedecer ao contido neste Decreto.

Art. 2º Todos os integrantes das CLASSES DE DOCENTES referidos no artigo anterior serão convocados, pelos respectivos Diretores de Escola, para participarem do Processo de Atribuição de CLASSES e/ou AULAS, nas respectivas sedes de exercício e deverão obedecer ao cronograma e demais condições, exigências e requisitos, a seguir especificados:

I.) Quanto ao CRONOGRAMA:

a) DOS DOCUMENTOS a serem utilizados e conferidos pelo Departamento de Educação:
   1.) Anexo II – Ficha de inscrição e classificação para Atribuição de Classes e/ou Aulas – Ano Letivo: 2.016.
   2.) Quadro I – Quadro de formação das classes, distribuição das aulas por período de funcionamento, da respectiva Unidade Escolar Municipal, para o Ano Letivo: 2.016, a ser homologado por este Departamento Municipal de Educação, até 27/11/2015;
   3.) DRHU;
   4.) Requerimento para Opção de Jornada de Trabalho e Carga Suplementar PTEB II;
   5.) Requerimento para Opção de Carga Suplementar PTEB I, PTEB II de Educação Especial.

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

b) DA PUBLICAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES e DOS PRAZOS PARA RECURSOS:
   1.) Publicação das Classificações nas respectivas Unidades Escolares Municipais e no Departamento Municipal de Educação: dia 07 de dezembro de 2.015;
   2.) Prazo para possíveis RECURSOS: dias 08 e 09 de dezembro de 2.015;
   3.) Nova Classificação, se for o caso, dia 10 de dezembro de 2015.

c) DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES e/ou AULAS, para a JORNADA DE TRABALHO DOCENTE pretendida e de acordo com as disponibilidades de vagas das respectivas Unidades Escolares Municipais, conforme segue:

FASE 1 – em nível de Unidade Escolar Municipal, sob a responsabilidade do Diretor de Escola e com a coordenação geral do Departamento de Educação: (artigos 43 e 45, da Lei Complementar nº 215/2010).

1.) Na Escola Municipal (E.M.) "PARQUE DOS IPÊS", localizada à Rua Dr. Jorge Latour, s/nº – Centro, neste município:
   → Dia 11 de dezembro de 2.015, com início às 08,00 horas, para PROFESSORES TITULARES DE EDUCAÇÃO BÁSICA I, PROFESSORES TITULARES DE EDUCAÇÃO BÁSICA II. PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA e PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL das diversas Unidades Escolares do Município, sob a responsabilidade dos respectivos Diretores de Escola.

FASE 2 – em nível de Município, sob a responsabilidade da Diretora de Educação.

1.) No Departamento de Educação, localizada à Rua Jorge Latour, s/nº – Centro, neste município:
   → Em fevereiro de 2.016, em Decreto específico.

II.) Quanto às DEMAIS CONDIÇÕES, EXIGÊNCIAS E REQUISITOS (artigo 43, da Lei Complementar nº 215, de 06 de maio de 2.010).

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

a) Os Professores Titulares de Educação Básica I terão direito de escolher, conforme a sua classificação, apenas, o período escolar, no horário de funcionamento da sua respectiva Unidade Escolar Municipal, ficando sob a responsabilidade do Diretor de Escola a atribuição da classe, segundo às habilidades, competências e conhecimentos específicos do docente;

b) Os Professores Titulares de Educação Básica II terão direito de escolher, conforme a sua classificação e habilitação, as aulas disponíveis, segundo a sua opção de jornada de trabalho docente, observado o Art. 21, §1º da LC 215/2010 adequando 60 minutos e hora/aula, observando que devem ser esgotadas as aulas na Sede de Exercício.

c) Os Professores Adjuntos de Educação Básica terão direito de escolher, conforme a sua classificação, apenas, o período escolar, no horário de funcionamento da sua respectiva Unidade Escolar Municipal.

Art. 3º Depois de efetuada a atribuição e/ou escolha e devidamente registrada, não será permitida qualquer modificação ou alteração, seja qual for o motivo alegado.

Art. 4º O (a) candidato (a) que não estiver presente ou devidamente representado, na **Fase 1**, terá classe e/ou aulas atribuídas pelo Diretor de Escola, conforme sua classificação.

Art. 5º O possível docente que não tiver classe e/ou aulas atribuídas, observado, rigorosamente, o contido no artigo 151, da Lei Complementar nº 215/2010, será considerado excedente, sendo aproveitado em outra Unidade Escolar através da participação na **Fase 2**, conforme determina a legislação pertinente.

Art. 6º Serão designadas, pelo Departamento Municipal de Educação, as atividades referentes ao processo de atribuição de classes e/ou aulas.

Art. 7º Todos os atos referentes ao processo de atribuição de classes e/ou aulas deverão ser devidamente anotados e registrados pelos responsáveis e pelos órgãos competentes.

Art. 8º A atribuição e/ou escolha de classes e/ou aulas, durante o ano letivo, far-se-á, rigorosamente, através da classificação inicial, anteriormente utilizada, aos candidatos disponíveis e obedecendo-se, os mesmos critérios definidos anteriormente.

Art. 9º São partes integrantes deste Decreto, os seguintes documentos:

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

I - **Anexo I** – Ficha de inscrição e classificação para Atribuição de Classes e/ou Aulas – Ano Letivo: 2.015;

II - **Anexo II** – Quadro de formação das classes, distribuição das aulas e outros elementos, por período de funcionamento, da respectiva Unidade Escolar Municipal, para o Ano Letivo: 2.016;

III – **Anexo III** - DRHU;

IV – **Anexo IV** - Requerimento para Opção de Jornada de Trabalho e Carga Suplementar PTEB II;

V – **Anexo V** - Requerimento para Opção de Carga Suplementar PTEB I, PTEB II de Educação Especial.

Art. 10 Para orientações e informações complementares, os interessados deverão dirigir-se ao Departamento Municipal de Educação.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Capital Nacional das Flores

Departamento Municipal de Educação
Rua das Camélias,187,Centro,13.825-000
HOLAMBRA/SP Telefone(19)3802-1977
diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

HOLAMBRA

Educação tratada com qualidade, rumo à excelência

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

ANEXO I – Ficha de inscrição para a ATRIBUIÇÃO DE AULAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 40 a 42 da LC 215, de 06.05.2010, alterada pelos artigos 8º e 9º da LC 248 de 2013 – **Data Base: 01/07/2012 a 30/06/2015**

EM:	Disciplina:
NOME COMPLETO:	RG:

ANO LETIVO: _____

CLASSIFICAÇÃO para fins do CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Pontuação Anterior a data Base de 01/07/2012: _____

I.) Quanto ao TEMPO DE SERVIÇO LÍQUIDO (alíneas "a" alterada pela LC nº 248/2013 e "b" do inciso I, do artigo 40, da LC. nº 215/2010):	
a) No cargo público de magistério, do Município da Estância Turística de HOLAMBRA-SP., pelo qual o candidato solicita inscrição, equivalente ao ANO LETIVO, a que se refere o CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS. (_____ dias x 0,001 de ponto por dia = _____) x (_____) (peso da tabela).	_____ pontos.
b) No magistério público oficial, exclusivamente em escolas da rede municipal de ensino de HOLAMBRA, de acordo com o campo de atuação, de que trata o Art. 5º desta Lei Complementar pelo qual o candidato solicita inscrição referente ao trabalho não concomitante. (_____ dias x 0,001 de ponto por dia)	_____ pontos.
II.) TÍTULOS (artigo 40, da LC. nº 215/2010):	
Até 03 (três) Certificados e/ou Comprovantes de Aprovação em concurso público de provas e títulos, para provimento de cargo público de magistério, do Município da Estância Turística de HOLAMBRA-SP., e/ou do Estado de São Paulo, ou cargo equivalente, além do utilizado para nomeação em caráter efetivo, respectivo e igual àquele de que é nomeado por concurso público, até o máximo de 0,45 (quarenta e cinco centésimos) de pontos. (_____ certificados x 0,15 de pontos por certificado)	_____ pontos.
III.) DIPLOMAS (2.1, 2.2, 2.3, 2.4 do artigo 40, da LC. nº 215/2.010)	
a) em nível superior, de curso de licenciatura plena, na área de educação, desde que não utilizado para habilitação do cargo público de magistério, do respectivo concurso público: (_____ licenciatura plena – 04,00 (quatro) pontos).	_____ pontos.
b) licenciaturas plenas, posteriores à primeira, na área de educação: (_____ licenciaturas x 3,00 (três) pontos cada).	_____ pontos.
c) de mestrado, na área da educação: (_____ 03,50 (três e meio) pontos).	_____ pontos.

d) de doutorado, na área da educação: (_____07,00 (sete) pontos).	_____ pontos.
IV.) DIPLOMAS e/ou CERTIFICADOS (artigo 9°, da LC. n° 248/2013):	
Diplomas e/ou Certificados de pós graduação, de especialização e de aperfeiçoamento, na área da educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com no mínimo 100 (cem) horas consecutivas de efetiva participação e frequência – 0,005 (cinco milésimos) de ponto por hora de curso comprovado. (_____ horas x 0,005 de pontos por hora).	_____ pontos.
V.) CERTIFICADOS de cursos e/ou programas (artigo 9°, da LC. n° 248/2013):	
Certificados de cursos e/ou programas de extensão, de qualificação profissional e de curta duração, na área da educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com menos de 100 (cem) horas consecutivas de efetiva participação e frequência . (_____ horas x 0,004 de ponto por hora de curso comprovado).	_____ pontos.
VI.) COMPROVANTE de Matrícula e/ou Frequência (artigo 40, da LC. n°215/2010):	
Comprovante de matrícula e frequência em pelo menos 01 (um) ano letivo de curso em nível superior, de licenciatura plena, na área da educação e/ou portador de certificado de licenciatura curta. (_____ máximo: 1,50 (um e meio ponto).	_____ pontos.
TOTAL DE PONTOS.....	_____ pontos.
Por Extenso: _____	
ELEMENTOS PARA DESEMPATE: (§1°, do artigo 30, da LC n° 215/2010): I.) Maior tempo de serviço líquido, no cargo público de magistério, do Município da Estância Turística de HOLAMBRA-SP.: _____ dias. II.) A MAIOR IDADE: ____/____/____. (dia) (mês) (ano)	

Estância Turística de Holambra (SP.) _____ de _____ de _____.

Concordo com a contagem supra.

_____/_____/_____.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

_____
(Responsável pelo preenchimento).
(Carimbo e assinatura.)

Continuação do Decreto n.º 1123/2015. ANEXO II

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Departamento Municipal de Educação
Rua Dr. Jorge Latour, s/nº, Centro, CEP: 13.825-000 – HOLAMBRA/SP
Telefone (19) 38021877 Email:diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

"EDUCAÇÃO TRATADA COM QUALIDADE, RUMO À EXCELÊNCIA"

Nome da Unidade Escolar: _____

Quadro I- 2016

Horário de funcionamento	SALAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	TOTAL
	Área sala / m^2															
	Nº Alunos															
	Série/ Turma															
	Cursos/ Projetos															
	Nº Alunos															
	Série/ Turma															
	Cursos/ Projetos															
	Nº Alunos															
	Série/ Turma															
	Cursos/ Projetos															

Assinatura do Diretor da Escola: _____

Assinatura do Diretor de Educação: _____

ANEXO III

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DRHU) ANO LETIVO 2016 – PTEB I, PAEB, PADI

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Capital Nacional das Flores

Departamento Municipal de Educação

Rua Dr. Jorge Latour, s/nº , Centro, CEP: 13.825-000 – HOLAMBRA/SP

Telefone (19) 3802-1877 Email: diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

ASSINATURA E CARIMBO DO DIRETOR DA ESCOLA

NOME DA UNIDADE SEDE:

NOME DO PROFESSOR	MODALIDADE	JORNADA	
		ATUAL	OPÇÃO
		B	B

FASE	NOME DA ESCOLA	ANO	JORNADA			CARGA SUPLEMENTAR			TURNOS			RUBRICA DO RESPONSÁVEL	DATA
			L	S	T	L	S	T	M	T	N		
		TOTAL											

JORNADA

Básica (B) - 20 aluno, 2 HTPC, 3 HTPL, 5 TRABALHO PEDAGÓGICO (TP) = TOTAL 30

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DRHU) ANO LETIVO 2016 – PTEB II

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Capital Nacional das Flores
Departamento Municipal de Educação
Rua Dr. Jorge Latour, s/nº , Centro, CEP: 13.825-000 – HOLAMBRA/SP
Telefone (19) 3802-1877 Email: diretoria.educacao@holambra.sp.gov.br

ASSINATURA E CARIMBO DO DIRETOR DA ESCOLA

NOME DA UNIDADE SEDE:

NOME DO PROFESSOR	MODALIDADE	JORNADA	
		ATUAL	OPÇÃO

FASE	NOME DA ESCOLA	DISCIPLINA	JORNADA			CARGA SUPLEMENTAR			TURNOS			RUBRICA DO RESPONSÁVEL	DATA
			L	S	T	L	S	T	M	T	N		
	TOTAL												

JORNADAS

Mínima (M) - 16 aluno, 2 HTPC, 3 HTPL, 3 TRABALHO PEDAGÓGICO (TP) = TOTAL 24

Básica (B) - 20 aluno, 2 HTPC, 3 HTPL, 5 TRABALHO PEDAGÓGICO (TP) = TOTAL 30

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Capital Nacional das Flores

HOLAMBRA
Educação tratada com qualidade, rumo à excelência

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA OPÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO, AMPLIAÇÃO DE JORNADA E CARGA SUPLEMENTAR DE TRABALHO DOCENTE – PTEB II

Ilmo(a) Senhor(a) Diretor(a) da Escola Municipal _____,
da Estância Turística de HOLAMBRA-SP.

Eu,_____,RG:_____

detentor(a) do cargo público de magistério de_____

na disciplina de _____ desta Unidade Escolar Municipal, vem mui respeitosamente, requerer minha inscrição para constituição de Jornada de Trabalho, Ampliação e Carga Suplementar, referente ao Ano Letivo de 2016, conforme prevê o Art. 21, 22, e 37 da LC 215/2010 e Art. 1 da LC 248/2013.

Opções:

JORNADA: Mínima 24 horas ( ) Básica 30 horas ( )

AMPLIAÇÃO DE JORNADA: Caso haja aulas remanescentes para o ano letivo de 2016, desejo ampliar a jornada? ( ) SIM ( ) NÃO

CARGA SUPLEMENTAR PARA 2016: Tem interesse? ( )SIM ( ) NÃO

Estância Turística de HOLAMBRA (SP),_____de _____de 2015.

_____

Assinatura do(a) Candidato(a)

_____

Assinatura do(a) Diretor(a)

Continuação do Decreto n.º 1123/2015.

ANEXO V

REQUERIMENTO PARA OPÇÃO DE CARGA SUPLEMENTAR DE TRABALHO DOCENTE – PTEB I e PETB II (Educação Especial)

Ilmo(a) Senhor(a) Diretor(a) da Escola Municipal _____,
da Estância Turística de HOLAMBRA-SP.

Eu,_____,RG:_____

detentor(a) do cargo público de magistério de_____

na disciplina de _____ desta Unidade Escolar Municipal, vem mui respeitosamente, requerer minha inscrição para constituição de carga suplementar de acordo com a legislação vigente.

CARGA SUPLEMENTAR PARA 2016: Tem interesse? ( )SIM ( ) NÃO

Estância Turística de HOLAMBRA (SP),_____de _____de 2015.

_____

Assinatura do (a) Candidato (a)

_____

Assinatura do (a) Diretor (a)

DECRETO N.º 1124/2015

"Da nova redação ao artigo 2º do Decreto n.º 411 de 15 de outubro de 2002 que Regulamentou o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Outras Providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 274 de 10 de outubro de 1997 que dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução do Conanda 170 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETO:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto n.º 411 de 15 de outubro de 2002, no qual passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 2º** O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem pôr objetivo facilitar a captação, o repasse e aplicação dos recursos ao atendimento da criança e do adolescente, bem como ao exercício das atribuições do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, compreendendo:
>
> I - as ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente exposto a situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito da atuação das políticas sociais básicas, bem como o disposto no §2º do art. 260 do ECA;
>
> II - os recursos do Fundo poderão se destinar à pesquisa, estudo, capacitação e formação dos Conselheiros do CMDCA e do Conselho Tutelar, as conferencias municipais, previamente deliberado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.";

Continuação do Decreto n.º 1124/2015.

Parágrafo único. O sistema de avaliação e controle dos projetos de pesquisa, de estudos e de capacitação de recursos dar-se-á de 03 (três) formas de acompanhamento: análise de relatórios e visitas, avaliação dos relatórios financeiros; critérios e padrões específicos, quantitativos e qualificativos, desenvolvidos de acordo com a temática e os objetivos previstos.

III – projetos de comunicações e divulgação de ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

Parágrafo único. Os projetos de que trata o artigo 2º nos incisos I, II e III, dependerá de análise e liberação expressa do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.° 1125/2015.

"Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 2° do Decreto n.° 1092 de 22 de julho de 2015 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO o Decreto n.° 1092/2015 que dispõe sobre medidas de adequação de gastos públicos e contenção de despesas.

DECRETO:

Art. 1° Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 2° do Decreto n.° 1092, de 22 de julho de 2015, no qual passa a vigorar com a seguinte redação e renumerando-se o parágrafo único, para constar parágrafo primeiro:

"Art. 2° ...

§1° ...

§2° - As compras, adiantamentos de viagem, custeio de cursos e diárias, que tenham valor ate R$ 5.000,00 (cinco mil reais) podem ser autorizados pelo Diretor de Finanças e Diretor responsável".

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01 de novembro de 2015, ficando convalidados todos os atos praticados desde então.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de novembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1126/2015

"Atribui a função de fiscalização a Guarda Municipal e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais.

CONSIDERANDO que a Guarda Municipal, foi criada através da Lei Complementar n.º 028/1994, e tem a responsabilidade, no limite territorial da Estância Turística de Holambra de oferecer proteção aos bens, serviços e instalações da própria municipalidade e aqueles colocados à sua disposições ou à disposições da coletividade;

CONSIDERANDO principal órgão de execução da política municipal de segurança urbana, de natureza permanente, uniformizada, armada, baseada na hierarquia e disciplina, exerce no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, o policiamento preventivo e comunitário, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;

DECRETO:

Art. 1º Formalizar, além das atribuições que lhe são conferidas, a Guarda Municipal também responderá à função de Fiscalização de Ambulante em apoio ao Setor de Fiscalização, podendo atuar em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º A atribuição ora nomeada a Guarda Municipal o servidor prestará seus serviços sem ônus para a Municipalidade, inscrevendo-se como de "relevantes serviços prestados ao Município".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1127/2015

"Revalida o Decreto n.º 1072, de 20 de maio de 2.015 e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda,

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 1072, de 20 de maio de 2015, que aprovou o ***Loteamento MOINHO RESIDENCIAL*** e que o mesmo é de interesse social;

CONSIDERANDO o teor do processo protocolado sob n.º 4481/2015, que trata de pedido de nova revalidação para fins de registro do referido empreendimento, junto ao cartório competente, decorrente da necessidade de atendimento de exigências para registro.

DECRETO:-

Art. 1º Fica revalidado o Decreto n.º 1072, de 20 de maio de 2.015, que aprovou o ***Loteamento MOINHO RESIDENCIAL***, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias conforme *caput* artigo 18 da Lei Federal 6.766/79, cujos encargos, inclusive tributários e com registro, correrão às expensas únicas e exclusivas da proprietária do Loteamento, sem quaisquer ônus à municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1128/2015

"Dispõe sobre Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, relativo aos dias que especifica e dá outras providências".

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, e ainda,

CONSIDERANDO que nos dias 25 de Dezembro e 1º de janeiro próximo, sextas-feiras, comemoram-se respectivamente o *NATAL* e a *CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL* (feriados nacionais);

CONSIDERANDO o findar de mais um exercicio e as tradições que envolvem as datas alusivas acima descritas.

DECRETO:-

Art. 1° Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 23 e 24, 30 e 31 de dezembro de 2015.

§1º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos Serviços de Limpeza Pública, Pronto Socorro (Policlínica Central), Guarda Municipal, Agentes de Trânsito, Cemitério e Autarquias.

§2º - Os cargos em comissão ficam a disposição de cada Diretor, conforme a necessidade do setor nos dias 23 e 24, 30 e 31 do corrente mês.

Art. 2º Fica determinado que o Departamento Municipal Educação tomará as medidas necessárias, para organizar as Creches Municipais que funcionarão em regime de plantão, para atendimento das necessidades dos pais que comprovadamente trabalhem nos dias indicados no presente Decreto.

Art. 3º As Autarquias poderão utilizar-se do Ponto Facultativo desde que determinado pelo Superintendente ou cargo equivalente do respectivo Órgão Municipal.

Art. 4º Os tributos municipais que por ventura tenham seu vencimento nos dias mencionados no artigo 1º, poderão ser pagos no dia útil imediatamente subseqüente sem quaisquer penalidades ou acréscimos legais.

Art. 5º Caberá às autoridades competentes de cada Departamento ou Órgão a fiscalizar e determinar o cumprimento das disposições deste Decreto, de modo que não se veja prejudicado o andamento dos trabalhos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1131/2015

Declara luto oficial por três dias.

CONSIDERANDO que o Senhor ***GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ***, cidadão holambrense, e Vereador na 6ª Legislatura entre os anos de 2013 a 2016;

CONSIDERANDO o seu falecimento nesta data.

DECRETO:

Art. 1º Fica declarado luto oficial em todo território municipal por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Vereador ***GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.***

Art. 2º As bandeiras serão hasteadas, sendo a do município ao meio pau no edifício sede da Prefeitura Municipal e demais repartições municipais e autarquias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1132/2015.

"Acrescenta parágrafo único no artigo 2º do Decreto n.º 1128 de 08 de Dezembro de 2015 e dá outras providências."

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais, e ainda

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 1128 de 08 de Dezembro de 2015, dispõe sobre ponto facultativo de final de ano;

CONSIDERANDO o número mínimo de usuários nos serviços das creches nos dia 24 e 31 de dezembro de 2015.

DECRETO:

Art. 1º Fica acrescenta parágrafo único no artigo 2º do Decreto n.º 1128, de 08 de Dezembro de 2015, no qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º...

Parágrafo único: Fica decretado ponto facultativo nas creches municipais nos dias 24 e 31 de dezembro corrente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br
Capital Nacional das Flores

DECRETO N.º 1131/2015

Declara luto oficial por três dias.

CONSIDERANDO que o Senhor ***GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ***, cidadão holambrense, e Vereador na 6ª Legislatura entre os anos de 2013 a 2016;

CONSIDERANDO o seu falecimento nesta data.

DECRETO:

Art. 1º Fica declarado luto oficial em todo território municipal por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Vereador ***GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ.***

Art. 2º As bandeiras serão hasteadas, sendo a do município ao meio pau no edifício sede da Prefeitura Municipal e demais repartições municipais e autarquias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Dezembro de 2015.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA
Diretor Administrativo

DECRETOS DA PREFEITURA 2015